

CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

PRESS BOOK

Revista_Imprensa_8_Setembro_2021

Revista de Imprensa

1. Covid-19 infetou 7928 enfermeiros, Correio da Manhã, 08/09/2021	1
2. Luz verde para 2 novos escalões do IRS, Correio da Manhã, 08/09/2021	3
3. 260 mil contribuintes vão ter descontos, Correio da Manhã, 08/09/2021	5
4. Juiz ameaça polícias, Correio da Manhã, 08/09/2021	8
5. Correio da segurança, Correio da Manhã, 08/09/2021	10
6. Torres Vedras reclama mais médicos, Correio da Manhã, 08/09/2021	11
7. Mais tempo para tratar, Correio da Manhã, 08/09/2021	12
8. Resultado das autárquicas pode refletir-se na AR? «Não é expectável», Diário de Notícias, 08/09/2021	13
9. Escolas perderam mais de 400 mil alunos em dez anos, Inevitável, 08/09/2021	14
10. OE. Desdobramento de escalões do IRS agrada à esquerda e à direita, Inevitável, 08/09/2021	21
11. Valor recorde de trabalhadores, Inevitável, 08/09/2021	23
12. Segurança Social ajuda a pagar creche de 75 mil crianças, Jornal de Notícias, 08/09/2021	24
13. PSD e PCP aceitam mexidas nos escalões do IRS, Jornal de Notícias, 08/09/2021	27
14. Senhorios, as vítimas do costume, Jornal de Notícias, 08/09/2021	29
15. Governo já admite aumento do preço da luz em 2022, ainda que "reduzido", Negócios, 08/09/2021	31
16. IRS Mudança nos escalões abrange 45% do imposto cobrado, Negócios, 08/09/2021	32
17. A Saúde está subfinanciada. Ponto!, Negócios, 08/09/2021	35
18. Encargos da ADSE e de beneficiários aumentam 35%, Público, 08/09/2021	36
19. Obrigação de pagar com cartão bancário adia reembolsos, Público, 08/09/2021	38
20. Seguradoras desconhecem que haja valores que fiquem por facturar pelo SNS, Público, 08/09/2021	40
21. Oito mil enfermeiros infectados, Público, 08/09/2021	41
22. Turismo: Governo reforça apoios às empresas, Público - Imobiliário, 08/09/2021	42
23. Associações preocupadas com possível prorrogação do congelamento de rendas antigas, Público - Imobiliário, 08/09/2021	43
24. Escolas esperam 3 mil auxiliares, Correio da Manhã, 08/09/2021	44
25. Saem 400 funcionários, Correio da Manhã, 08/09/2021	46
26. Greve de três dias, Correio da Manhã, 08/09/2021	47
27. Mais & Menos, Correio da Manhã, 08/09/2021	48

28. Editorial - Uma sucessão, uma narrativa, um país, Diário de Notícias, 08/09/2021	49
29. Sindicato acusa Câmara de dispensas, Inevitável, 08/09/2021	50
30. Banca. Sindicatos querem reuniões, Inevitável, 08/09/2021	51
31. Cortes de luz e de gás proibidos, Inevitável, 08/09/2021	52
32. 285 milhões para dar um "choque na formação", Jornal de Notícias, 08/09/2021	53
33. Têxtil histórica de Guimarães vendida por 3,5 milhões, Jornal de Notícias, 08/09/2021	54
34. Sindicatos da Banca avançam com greve contra despedimentos, Jornal de Notícias, 08/09/2021	55
35. Ameaça de Greve sobe de Tom, Negócios, 08/09/2021	56
36. Segundos empregos recuperam com retoma, Negócios, 08/09/2021	57
37. Têxtil António Almeida & Filhos foi vendida por 3,5 milhões de euros, Público, 08/09/2021	59
38. Seis sindicatos bancários admitem greve conjunta, Público, 08/09/2021	60
39. Mais escalões no IRS geram consenso à esquerda e agradam ao PSD, Público, 08/09/2021	61
40. OE e autárquicas empatam temas quentes no Parlamento, Público, 08/09/2021	62
41. CSM tem dois meses para decidir se juiz negacionista volta a exercer, Público, 08/09/2021	64



4ª VAGA

7928 enfermeiros infectados na pandemia



'Task force' suspende vacinas em Gouveia

A vacinação na Unidade de Saúde de Gouveia foi suspensa pela 'task force', por alegada falha na cadeia de frio. Os utentes vacinados nos dias 2, 3 e 4 serão contactados para monitorizar a eficácia das vacinas, mas "não é expectável que este incidente tenha efeito na saúde dos utentes".

PORMENORES

Defesa contra a gripe

A Associação de Médicos de Saúde Pública defende a continuidade do uso de máscara para prevenir a Covid-19 e a gripe, e poder passar um inverno "mais controlado", permitindo ao SNS retomar o atraso na atividade assistencial. O uso obrigatório na rua quando não é possível manter a distância termina no próximo domingo.

Máscara fora do mercado

O Infarmed mandou suspender a comercialização e retirar do mercado nacional uma máscara de proteção facial do fabricante BesilChem LLP por não estar comprovado o cumprimento de todos os requisitos legais.

DADOS Covid-19 afetou cerca de 10% dos profissionais inscritos na Ordem dos Enfermeiros

EDGAR NASCIMENTO

Entre março de 2020 e julho deste ano foram infectados com o SARS-CoV-2 quase 8 mil enfermeiros. Segundo a Ordem dos Enfermeiros (OE), que solicitou os dados à Direção-Geral da Saúde há seis meses e só agora os recebeu, "foram registados 7928 casos de infeção" de enfermeiros, o que representa cerca de 10% dos

profissionais registados na OE. "Fica claro porque é que os enfermeiros precisam de subsídio de risco, algo que ainda não têm. É uma vergonha", refere a bastonária, Ana Rita Cavaco, em comunicado.

No dia em que Portugal baixou dos 40 mil casos ativos - que já não acontecia desde 5 de julho - o Relatório de Diversidade Genética publicado pelo Instituto

Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (Insa) revelou que a variante Delta já apresenta uma prevalência de 100% em todas as regiões desde 9 de agosto. De acordo com o Insa, a frequência relativa das variantes Beta e Gamma, associadas inicialmente à África do Sul e ao Brasil (Manaus), mantém-se baixa.

Os investigadores do Núcleo de Bioinformática do Departamento de Doenças Infecciosas do Insa já analisaram 15 814 sequências do genoma do novo coronavírus, obtidas de amostras colhidas em mais de 100 laboratórios, hospitais e instituições, de 303 concelhos.

Segundo o Relatório de Vacinação, 85% da população já foi vacinada (incluindo 504 mil jovens dos 12 aos 17 anos) e 78% tem vacinação completa.



QUARTA-FEIRA 08/09/2021 | DIÁRIO | € 1,30 (C/IVA)



CM REVELA O QUE DISSE O SUSPEITO DE TERRORISMO AO SEF
PARLAMENTO FISCALIZAÇÃO DAS SECRETAS PEDE EXPLICAÇÕES SOBRE TROCA DE INFORMAÇÕES P.4 E 5

VIDAS P.41 A 45
PIPOCA MAIS DOCE TEM NOVO AMOR
"Quero levar as coisas com calma." Saiba quem é

OPERAÇÃO MARQUÊS

SAÚDE MENTAL DE SALGADO SEM PERÍCIA



TRIBUNAL RECUSA EXAME NEUROLÓGICO

➤ **EX-LÍDER** do BES alega que tem diagnóstico preliminar de Alzheimer

➤ **PEDRO PASSOS COELHO** no rol das testemunhas da defesa P.27

AZERBAIJÃO 0 | 3 PORTUGAL EMBALADOS PARA O QATAR P.33



ELEIÇÕES NA LUZ P.12 E 13

RUI COSTA PROTEGE VIEIRA
EX-LÍDER DO BENFICA GARANTE: "NÃO PASSEI FÉRIAS NEM ALMOCEI COM PINTO DA COSTA"

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS P.24 E 25
AUGUSTO SANTOS SILVA ESCRIVE NO CM SOBRE OS 20 ANOS DO 11 DE SETEMBRO

LIVROS CM TV
DESCUBRA OS TRÊS SALAZARES DE FERNANDO PESSOA
13€
À VENDA NAS BANCAS E LIVRARIAS.

RONALDO CUMPRE ORDEM DA CÂMARA
MARQUISE JÁ FOI DESMONTADA
Água esverdeada da piscina mostra desinvestimento na propriedade P.8 E 9

IVAUCHER P.6 E 7
260 mil contribuintes vão ter descontos

ALERTA NA EDUCAÇÃO P.23
Escolas esperam 3 mil auxiliares

10% DOS PROFISSIONAIS P.19
Covid-19 infetou 7928 enfermeiros

Precisa de dinheiro?
Confieça a Venda com Opção de Compra!
Venda a seu ouro e volte a comprar, pagando a até 24 suaves prestações.
VOC 24
Venda com opção de compra
Valores 808 258 737
www.valores.pt

ID: 94779695

08-09-2021

ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2022



Governo propõe um alívio fiscal para quem auferir entre cerca de 10 mil e 20 mil euros/ano e para quem declara entre cerca de 37 mil e 80 mil euros/ano

Luz verde para dois novos escalões de IRS

PARTIDOS ◊ Desdobramento dos 3º e 6º níveis de tributação visto como positivo por PSD, BE, PCP e PAN. Só CDS está contra **CONTRIBUINTES** ◊ Alívio fiscal pode chegar a quase 1 milhão de agregados

SALOMÉ PINTO

O desdobramento dos 3º e 6º escalões de IRS, anunciado pelo primeiro-ministro, terá a aprovação garantida por uma maioria significativa formada não só pelos ex-parceiros da geringonça (BE, PCP, PEV e PAN) mas também pelo principal partido da oposição, o PSD. Só CDS se mostrou contra.

A criação de dois novos escalões intermédios, nos 3º e 6º níveis de tributação dos rendimentos do trabalho, poderá significar um alívio fiscal para quase um milhão de agregados, segundo as últimas estatísticas divulgadas pelo Portal das Finanças, referentes a 2019. A medida deverá integrar a proposta do Governo para o Orçamento do Estado de 2022, que tem de

ser entregue até 10 de outubro no Parlamento.

À esquerda, BE e PCP alertam, contudo, para o atraso da medida. “O desdobramento de escalões é uma medida que faz parte do programa do Governo, que já devia ter sido implementada e o Governo atrasou-a”, afirmou

BLOCO E PCP ACUSAM GOVERNO DE TER ATRASADO A MEDIDA

ontem a líder bloquista Catarina Martins, ressaltando que “ainda não conhece pormenores nem montantes”. O secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, também pediu cautela, lembrando que “a proposta do PCP sempre foi pela reposição dos 10 escalões que o Governo PSD/CDS de Pas-

PORMENORES

Entre 10 732€ e 20 322€

Quem declarar entre 10 732€ e 20 322€/ano é tributado a 28,5%, estando no 3º escalão de IRS. Em 2019, mais de 820 mil estavam neste nível.

Entre 36 967€ e 80 882€

Rendimentos entre 36 967€ e 80 882€/ano descontam 45% de IRS, estando no 6º escalão. Há dois anos, mais de 150 mil estavam neste escalão.

De 5 para 7 escalões

Em 2018, o Executivo PS repôs alguma progressividade do IRS, retirada pelo Governo de Passos Coelho, aumentando os escalões de 5 para os atuais 7.

sos Coelho encolheu drasticamente” para metade. Contudo, conclui que “qualquer avanço é sempre positivo”. A proposta também colhe o voto favorável do PAN, porém o líder do partido, Inês de Sousa Real, defende que o “Governo deve ir mais além, através da revisão de todos os escalões entre o 3º e 6º, reduzindo as taxas de tributação.

À direita, a medida já não é tão consensual. O líder do PSD, Rui Rio, admite que “à partida” a medida “pode ter a probabilidade elevada de ter a concordância” do partido. Já o presidente do CDS, Francisco Rodrigues dos Santos, defendeu que a medida terá o efeito “contrário”, com o Estado a roubar “mais dinheiro às pessoas”, defendendo a redução do número de escalões. ●



QUARTA-FEIRA 08/09/2021 | DIÁRIO | € 1,30 (C/IVA)



www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR: CARLOS RODRIGUES
DIRETORES-ADJUNTOS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA, ALFREDO LEITE, PAULO JOÃO SANTOS E PAULO OLIVEIRA LIMA

SÓ CDS ESTÁ CONTRA

LUZ VERDE PARA 2 NOVOS ESCALÕES DO IRS

P.28

CM REVELA O QUE DISSE O SUSPEITO DE TERRORISMO AO SEF

PARLAMENTO FISCALIZAÇÃO DAS SECRETAS PEDE EXPLICAÇÕES SOBRE TROCA DE INFORMAÇÕES P.4 E 5

VIDAS P.41 A 45

PIPOCA MAIS DOCE TEM NOVO AMOR

“Quero levar as coisas com calma.” Saiba quem é

AZERBAIJÃO 0 | 3 PORTUGAL

EMBALADOS PARA O QATAR P.33

ELEIÇÕES NA LUZ P.12 E 13

RUI COSTA PROTEGE VIEIRA

EX-LÍDER DO BENFICA GARANTE: “NÃO PASSEI FÉRIAS NEM ALMOCEI COM PINTO DA COSTA”

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS P.24 E 25

AUGUSTO SANTOS SILVA ESCRIVE NO CM SOBRE OS 20 ANOS DO 11 DE SETEMBRO

LIVROS CM TV

QUE SALTAR ERA O SALAZAR DE FERNANDO PESSOA?

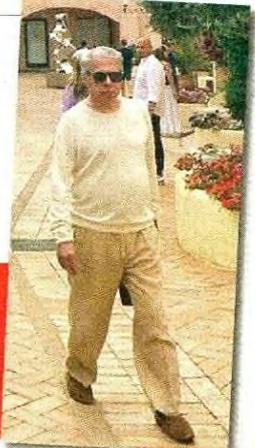
DESCUBRA OS TRÊS SALAZARES DE FERNANDO PESSOA

13€

À VENDA NAS BANCAS E LIVRARIAS.

OPERAÇÃO MARQUÊS

SAÚDE MENTAL DE SALGADO SEM PERÍCIA



TRIBUNAL RECUSA EXAME NEUROLÓGICO

➤ **EX-LÍDER** do BES alega que tem diagnóstico preliminar de Alzheimer

➤ **PEDRO PASSOS COELHO** no rol das testemunhas da defesa P.27

RONALDO CUMPRE ORDEM DA CÂMARA

MARQUISE JÁ FOI DESMONTADA

Água esverdeada da piscina mostra desinvestimento na propriedade P.8 E 9

IVAUCHER P.6 E 7
260 mil contribuintes vão ter descontos

ALERTA NA EDUCAÇÃO P.23
Escolas esperam 3 mil auxiliares

10% DOS PROFISSIONAIS P.19
Covid-19 infetou 7928 enfermeiros

Precisa de dinheiro?

Confieça a Venda com Opção de Compra!

Venda a seu ouro e volte a comprar, pagando a até 24 suaves prestações.

VOCÊ 24

Venda com opção de compra

Valores 808 258 737

COMPRAMOS OURO



IVA DÁ DESCONTOS

INSCRIÇÃO | AINDA É POSSÍVEL ADERIR

Quem entre 1 de junho e 31 de agosto pediu faturas com número de contribuinte em restaurantes, alojamentos turísticos ou eventos culturais pode aderir ao programa IVAucher enquanto o mesmo decorrer, até final do ano, para poder beneficiar de descontos em novos gastos nesses setores.

CONSUMO

47,5 milhões acumulados em IVAucher

UTILIZAÇÃO ➤ Montantes acumulados vão servir para descontar em novas compras a partir de outubro e até final do ano **DESTINO** ➤ Verba terá de ser usada em restaurantes, alojamentos turísticos ou em eventos culturais

JOÃO MALTEZ

O consumo em restaurantes, alojamento turístico ou iniciativas culturais permitiram aos contribuintes acumular nos meses de junho e julho um montante na ordem dos 47,5 milhões de euros, no âmbito do chamado IVAucher, segundo dados divulgados ontem pelo Ministério das Finanças. As verbas poderão ser utilizadas, a partir de outubro, para descontar em novos gastos em estabelecimentos daqueles três setores que tenham aderido ao programa.

Destinada a apoiar as empresas das áreas de atividade mais afetadas pela crise pandémica – alojamento, cultura e restauração –, esta iniciativa prevê que o saldo do IVA acumulado pelos consumidores, desde que tenham pedido fatura com o número de contribuinte, seja posteriormente descontado em até 50% no consumo em espaços aderentes. Entrar no programa é simples e gratuito, quer para consumidores, quer para as entidades dos setores abrangidos.

Nos caso dos consumidores, basta que se inscrevam no site ivaucher.pt – parceria do Governo com a SatPay – e associem o seu número de identificação fiscal (NIF), o que poderá ser feito desde já e até final de dezembro, fim da iniciativa. De acordo com o Ministério das Finanças, até ao

NÚMERO DAS PESSOAS QUE JÁ ADERIRAM AO IVAUCHER SUPERA 260 MIL

EMPRESAS QUE ESTÃO NO PROGRAMA SÃO, PARA JÁ, APENAS 600

INSCRIÇÃO DE EMPRESAS E CONSUMIDORES É FEITA ONLINE EM IVAUCHER.PT

momento estão inscritos mais de 260 mil contribuintes.

Já as empresas dos setores abrangidos – até ao momento só 600 aderiram, sendo o número de estabelecimentos superior já que algumas têm lojas um pouco

por todo o País – podem entrar na iniciativa desde que disponham de um terminal de pagamento. Só precisam de comunicar o seu NIF e o número de identificação do terminal na página online do IVAucher. A expectativa do Ministério das Finanças é que o número de adesões cresça, nomeadamente com o apoio da Ordem dos Contabilistas, dada a ligação destes técnicos a milhares de pequenos estabelecimentos, designadamente nos da restauração.

O desconto do saldo acumulado pelos consumidores é feito em compras, a partir de outubro, pagas com cartão bancário. O consumidor paga a totalidade da fatura e o valor do desconto a que tem direito será depositado na conta associada ao cartão, até dois dias depois. ●

PORMENORES

As faturas que contam

Todas as faturas com número de contribuinte pedidas entre junho e agosto em restaurantes, alojamentos turísticos e iniciativas culturais contam para engordar o saldo do IVAucher.

Quando são utilizadas

Falta apurar o valor das faturas de agosto. Em outubro esse montante já será conhecido e pode ser usado até final do ano.



Setor da restauração, um dos mais afetados pela pandemia, beneficia do IVAucher



Selo de adesão ao IVAucher deverá ser colocado em local visível para os clientes

Empresas vão ter selo de adesão para informar os clientes

➤ A partir da próxima semana, as empresas podem imprimir, a partir do site IVAucher, o selo de adesão ao programa, que deverão afixar em local visível do estabelecimento, para que os clientes saibam que podem usar os seus saldos em consumos no local. ●



PROGRAMA | **DOTAÇÃO DE 200 MILHÕES**

O programa IVAucher foi criado para ajudar as empresas dos setores mais afetados pela pandemia e foi inscrito no Orçamento do Estado para 2021, com uma dotação de 200 milhões de euros. Permite aos consumidores acumularem 100% do valor do IVA pago no alojamento, na cultura e na restauração.



BANCOS | **MAIORES ADERIRAM OS CINCO MAIORES BANCOS - CGD, BCP, SANTANDER, BPI, NOVO BANCO - JÁ DISSERAM SIM AO PROGRAMA, MAS O GOVERNO ESPERA QUE 100% DAS ENTIDADES BANCÁRIAS ADIRAM.**

PAN | **DEDUÇÕES PARA A CULTURA**

A líder do PAN, Inês de Sousa Real, propôs ontem, durante uma reunião com a ministra da Cultura, Graça Fonseca, a "criação de uma dedução específica em sede de IRS para as despesas com cultura tal como já existe para a saúde e educação". A medida "foi bem acolhida" pela governante, sublinhou Inês de Sousa Real.



<p>13,2 MILHÕES DE FATURAS Em junho e julho foram emitidas 13,2 milhões de faturas nos setores do IVAucher. ●</p>	<p>381 MILHÕES DE EUROS Valor global das faturas nos setores do IVAucher ascende já a 381 milhões de euros. ●</p>	<p>24,8 MILHÕES EM JULHO IVAucher em junho chegou a 22,7 milhões de euros e em julho a 24,8 milhões de euros. ●</p>	<p>BENEFÍCIO COM GINÁSIOS Durante a 1.ª quinzena deste mês já pode reclassificar as faturas e deduzir 15% do IVA. ●</p>
---	---	---	---



Novo período para recibos verdes

O saldo de IVAucher dos contribuintes vai ser apurado até 24 de agosto, mas como os contribuintes da categoria B (quem passa recibos verdes) têm de classificar as faturas no portal do Fisco, será aberto novo período, em novembro, para validar faturas em falta. ●



QUARTA-FEIRA 08/09/2021 | DIÁRIO | € 1,30 (C/IVA)



CM REVELA O QUE DISSE O SUSPEITO DE TERRORISMO AO SEF
PARLAMENTO FISCALIZAÇÃO DAS SECRETAS PEDE EXPLICAÇÕES SOBRE TROCA DE INFORMAÇÕES P.4 E 5



OPERAÇÃO MARQUÊS

SAÚDE MENTAL DE SALGADO SEM PERÍCIA



TRIBUNAL RECUSA EXAME NEUROLÓGICO

➤ **EX-LÍDER** do BES alega que tem diagnóstico preliminar de Alzheimer

➤ **PEDRO PASSOS COELHO** no rol das testemunhas da defesa P.27



MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS P.24 E 25
AUGUSTO SANTOS SILVA
ESCREVE NO CM SOBRE OS 20 ANOS DO 11 DE SETEMBRO



IVAUCHER P.6 E 7
260 mil contribuintes vão ter descontos

ALERTA NA EDUCAÇÃO P.23
Escolas esperam 3 mil auxiliares

10% DOS PROFISSIONAIS P.19
Covid-19 infetou 7928 enfermeiros

Precisa de dinheiro?
Confira a Venda com Opção de Compra!
Venda a seu ritmo e volte a comprar, pagando a até 24 suaves prestações.
VOC 24
Venda com opção de compra
Valores 808 258 737
www.valores.pt

COMPRAMOS OURO



LISBOA



Rui Fonseca e Castro questionou presença de agentes da Unidade Especial de Polícia e afirmou que iria detê-los em caso de carga policial

Juiz ameaça polícias antes de audição

POLÊMICA ➤ Fonseca e Castro ataca agentes da PSP à porta do Conselho Superior da Magistratura
PROCESSO ➤ Suspenso devido às posições negacionistas, arrisca expulsão da carreira judicial

JOÃO CARLOS RODRIGUES

Apoiado por dezenas de pessoas vestidas de negro e sem máscara, o juiz Rui Fonseca e Castro, conhecido pelas posições negacionistas face à pandemia de Covid-19, ameaçou os agentes da PSP que garantiam a segurança à porta do Conselho Superior da Magistratura.

“Não me toque. Eu é que

sou a autoridade judiciária aqui”, gritou contra os elementos da Unidade Especial de Polícia de serviço na rua Duque de Palmela, Lisboa, enquanto questionava os polícias se iriam fazer uma carga sobre os manifestantes – todos sem máscara. Com muita serenidade, os

agentes em missão mantiveram-se nos seus postos e não reagiram às provocações do juiz de Odemira, que atualmente está suspenso.

Rui Fonseca e Castro era esperado nas instalações do Conselho Superior da Magistratura para uma audiência no âmbito do processo disciplinar que enfrenta devido às posições públicas

– e com muitos vídeos publicados nas redes sociais – sobre a Covid-19 e as medidas tomadas pelo Governo desde março do ano passado. Recorde-se que o mesmo juiz apresentou há poucas semanas uma queixa no Ministério Público contra o primeiro-ministro e

PORMENORES

Desafia Diretor Nacional

O polémico juiz desafiou em março o diretor nacional da PSP, Magina da Silva, para um combate de artes marciais (MMA) para resolver o diferendo sobre as medidas de confinamento. Em caso de derrota, o superintendente-chefe teria de admitir na televisão que era “um pau-mandado do Governo”.

Ataca Ferro Rodrigues

Em julho, Fonseca e Castro acusou o presidente da Assembleia da República de pedofilia. Ferro Rodrigues apresentou entretanto uma queixa contra o juiz na Procuradoria-Geral da República, que abriu um processo.

responsáveis pelo Ministério da Saúde e Direção-Geral da Saúde por genocídio. Alega que milhares de pessoas morreram devido às vacinas, que diz terem deixado milhões de portugueses magnetizados.

O juiz, que estava colocado em Odemira, foi suspenso depois de se recusar a usar máscara durante as sessões de julgamento que dirigia, e está a ser alvo de um processo de expulsão por parte do órgão que tutela os magistrados judiciais. O inspetor responsável pelo processo propôs a expulsão da magistratura do juiz, por negar a existência da pandemia e incitar à desobediência das regras sanitárias. A decisão final deverá ser anunciada em meados de outubro, apurou o CM. ●



QUARTA-FEIRA 08/09/2021 | DIÁRIO | € 1,30 (C/IVA)



www.cmjornal.pt

CORREIO

da manhã

DIRETOR: CARLOS RODRIGUES
DIRETORES-ADJUNTOS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA, ALFREDO LEITE, PAULO JOÃO SANTOS E PAULO OLIVEIRA LIMA

SÓ CDS ESTÁ CONTRA

LUZ VERDE PARA 2 NOVOS ESCALÕES DO IRS

P.28

CM REVELA O QUE DISSE O SUSPEITO DE TERRORISMO AO SEF

PARLAMENTO FISCALIZAÇÃO DAS SECRETAS PEDE EXPLICAÇÕES SOBRE TROCA DE INFORMAÇÕES P.4 E 5

VIDAS P.41 A 45

PIPOCA MAIS DOCE TEM NOVO AMOR

“Quero levar as coisas com calma.” Saiba quem é

AZERBAIJÃO 0 | 3 PORTUGAL

EMBALADOS PARA O QATAR P.33

ELEIÇÕES NA LUZ P.12 E 13

RUI COSTA PROTEGE VIEIRA

EX-LÍDER DO BENFICA GARANTE: “NÃO PASSEI FÉRIAS NEM ALMOCEI COM PINTO DA COSTA”

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS P.24 E 25

AUGUSTO SANTOS SILVA ESCRIVE NO CM SOBRE OS 20 ANOS DO 11 DE SETEMBRO

LIVROS CM TV

DESCUBRA OS TRÊS SALAZARES DE FERNANDO PESSOA

13€

À VENDA NAS BANCAS E LIVRARIAS.

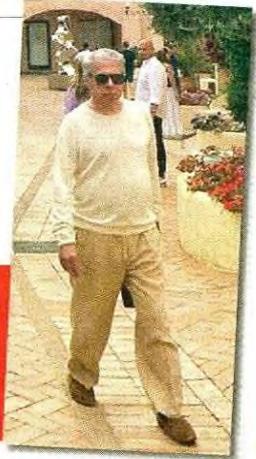
OPERAÇÃO MARQUÊS

SAÚDE MENTAL DE SALGADO SEM PERÍCIA

TRIBUNAL RECUSA EXAME NEUROLÓGICO

➤ **EX-LÍDER** do BES alega que tem diagnóstico preliminar de Alzheimer

➤ **PEDRO PASSOS COELHO** no rol das testemunhas da defesa P.27



RONALDO CUMPRE ORDEM DA CÂMARA

MARQUISE JÁ FOI DESMONTADA

Água esverdeada da piscina mostra desinvestimento na propriedade P.8 E 9

IVAUCHER P.6 E 7
260 mil contribuintes vão ter descontos

ALERTA NA EDUCAÇÃO P.23
Escolas esperam 3 mil auxiliares

10% DOS PROFISSIONAIS P.19
Covid-19 infetou 7928 enfermeiros

Precisa de dinheiro?

Confieça a Venda com Opção de Compra!

Venda a seu ritmo e volte a comprar, pagando a até 24 suaves prestações.

VOCÊ 24

Venda com opção de compra

Valores 808 258 737

COMPRAMOS OURO



O mau e o muito mau

Foi aprovado em Conselho de Ministros o valor que o Governo considera justo para o suplemento de risco - 68,96€. É este o valor do risco a que todos os dias os Profissionais das Forças de Segurança estão sujeitos.

Desde o início que o Governo não quis discutir ou negociar um valor que dignificasse o risco destes profissionais - só o fez porque a Assembleia da República assim o obrigou.

Quando alguém faz alguma coisa contra a sua vontade o resultado só pode ser mau, no caso muito mau.

Fica bem patente qual o nível de consideração que o

OS POLÍCIAS ESTÃO FARTOS DE RECEBEREM PALAVRAS OCAS

Governo tem por aqueles que todos os dias mantêm os níveis de segurança do país nos lugares cimeiros a nível mundial.

Os Profissionais estão fartos de receberem apenas palavras, ocas, de circunstância e palmadinhas nas costas. Fazendo fé numa intervenção do Primeiro-Ministro que diz "querer acabar com a exploração e baixos salários", interpelo-o - pode por favor começar pelos Guardas?! É que contrariamente ao que foi tão propalado pelo MAI, que sabiamente utiliza médias para "atirar areia para os olhos" dos cidadãos, um Guarda não leva mais de 800€ para casa, sendo que nos primeiros anos está, com toda a certeza, a dezenas ou centenas de quilómetros da sua residência. ●



SAÚDE

Torres Vedras reclama mais médicos

■ A Assembleia Municipal de Torres Vedras aprovou uma moção a reclamar ao Ministério da Saúde medidas excepcionais para resolver a falta de médicos de família no concelho.

No documento, os deputados

municipais “rejeitam ‘paliativos’ e exigem medidas estruturais”, como a restrição de vagas nos concursos para a carreira médica às áreas territoriais com maior carência, quer durante o internato, quer no acesso à profissão, e a revisão do regime de mobilidade. Os deputados municipais defendem ainda que é “inadiável a aprovação de um novo estatuto da profissão médica”. ●



PROcriação medicamente assistida no Serviço Nacional de Saúde

Mais tempo para tratar

DADO ➔ Prazo alarga para mulheres que atinjam limite de idade

EDGAR NASCIMENTO

As mulheres que pretendam realizar tratamentos de fertilidade no Serviço Nacional de Saúde têm desde março a possibilidade de o fazer mesmo que tenham atingido a idade-limite. A medida excepcional, tomada pelo Ministério da Saúde devido à pandemia de Covid-19, que levou a atrasos e à suspensão de procedimentos de procriação medicamente assistida (PMA), permitiu que as mulheres que ultrapassaram o limite de idade entre 18 de março de 2020 e 28 de fevereiro deste ano dispusessem de mais 6 meses para a realização dos tratamentos. Já as mulheres que perfaçam o limite de idade entre março e dezembro de 2021, esse limite é prolongado por mais 6 meses. Ou seja, uma mu-



Pandemia atrasou e suspendeu procedimentos de PMA em várias mulheres

lher que atinja os limites para os tratamentos no SNS - 40 anos (no caso de fertilização 'in vitro' e injeção intracitoplasmática de espermatozoide) ou 42 (no caso

de indução de ovulação e inseminação intrauterina) - tem mais seis meses para poder avançar com o procedimento (quem atingir o limite de idade

PORMENORES

Mais de 1000 à espera

Cerca de 3% dos bebés que nascem todos os anos são fruto de técnicas de PMA. A lista de espera ronda os 3 anos. Há 1010 mulheres a aguardar por uma doação de óvulos (361) ou espermatozoides (649).

Privado cobra milhares

Há 28 centros de PMA (10 públicos e 18 privados) no País. No privado, o tratamento pode custar entre 2 mil e 6 mil euros. Os dadores de esperma ganham 43,88 € por doação (máximo de 3) e as dadoras de óvulos, 877,62 € por óvulo (máximo de três doações).

em setembro, pode fazê-lo até março de 2022). A lista de espera por um tratamento de PMA ronda os três anos. No setor privado, não há limite de idade. ●



Resultado das autárquicas pode refletir-se na AR? "Não é expectável"

PARLAMENTO Deputados regressam aos trabalhos a meio gás, devido às autárquicas. Desfecho das eleições locais não deverá repercutir-se nos dossiers parlamentares, a começar pelo OE2022, defendem politólogos.

TEXTO SUSETE FRANCISCO



Teletrabalho, leis anti-corrupção e eutanásia são alguns dos temas que vão marcar os próximos meses.

Os deputados retomam esta semana a agenda parlamentar, numa sessão legislativa que começa a meio gás e que, daqui a cerca de semana e meia interrompe novamente os trabalhos para dar espaço à campanha eleitoral para as autárquicas. No regresso, haverá mais duas semanas de sessões plenárias, após o que terá início o processo de discussão do Orçamento do Estado para 2022. Mas, pelo meio, muito pode mudar na política portuguesa.

Que interferência podem ter as eleições autárquicas no hemiciclo de São Bento? Para António Costa Pinto, investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, "não é expectável" que o resultado das eleições locais venha a provocar alterações significativas no quadro parlamentar, no imediato. Não é o mesmo que não ter efeito nenhum: o desfecho das autárquicas pode levar a uma maior polarização no Parlamento, quer à esquerda, quer à direita, mas sem que isso represente qualquer perigo de rutura. "Perante algum declínio autárquico do PCP pode haver uma maior polarização com o Governo, mas, globalmente, não é de prever que ameace o Orçamento", antecipa o politólogo. Para António Costa Pinto, com mais ou menos braço de ferro à esquerda, o OE2022 acabará por passar com a abstenção do PCP, do Bloco de Esquerda, ou de ambos – "É expectável que o PS consiga passar este orçamento. Não é do interesse nem do PCP, nem do Bloco de Esquerda, provocar uma crise. O passado já nos disse alguma coisa sobre isso".

Paula do Espírito Santo, investigadora do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCS) da Universidade de Lisboa, também defende que, qualquer que seja o desfecho das eleições de 26 de setembro, não haverá repercussões sobre o mais importante dossier que se segue. Nem mesmo num quadro de aprofundamento dos resultados de 2017, em que o PCP perdeu dez câmaras, a esmagadora maioria delas para o PS. A investigadora não vê "grande motivo para o PCP mudar muito a sua

relação com o Governo" – "O PCP não vai querer deslocar-se para fora deste xadrez político em que vai dando cartas. Não acredito que haja um voltar de costas".

É à direita? António Costa Pinto acredita que "se o PSD iniciar um período de desafio ao líder até janeiro" (quando haverá eleições internas entre os sociais-democratas) a bancada parlamentar tenderá a refletir esse contexto e a "polarizar" posições com os socialistas. Quanto aos pequenos partidos da direita, dificilmente estas eleições trarão grandes novidades à Iniciativa Liberal. Já para o Chega será "um teste à estrutura nacional" do partido.

"Vamos perceber se o partido vai além de André Ventura ou não", defende, por seu lado, Paula do Espírito Santo, mas sublinhando que as eleições autárquicas "dão um espaço relativamente limitado às forças políticas mais pequenas".

Recomeço a meio-gás

Já hoje, a conferência de líderes reúne para marcar os primeiros agendamentos da terceira sessão legislativa, que marca o virar de página para a segunda metade da legislatura. As sessões plenárias são retomadas na quarta-feira da próxima semana, repetindo-se nos dois dias seguintes, mas é previsível que estes plenários iniciais sejam sobretudo dedicados a declarações políticas, projetos de resolução e petições, deixando as matérias de primeira linha para depois das autárquicas – até porque nesta altura há um número considerável de deputados que se apresentam como candidatos às eleições locais.

Para sexta-feira da próxima semana está marcada a eleição de quatro candidatos a juizes do Tribunal Constitucional, uma votação que esteve marcada para julho, mas acabou adiada dado estarem então mais de duas dezenas de deputados em isolamento profilático.

Após a interrupção, na semana anterior às autárquicas, o Parlamento voltará à agenda normal de trabalhos, mas por pouco tempo. Em lista de espera para votação estão temas como a despenalização da morte medicamente assistida – que não deverá avançar já –, a Lei de Bases do Clima, a inseminação pós-morte ou a gestação de substituição.

Entre os dossiers que vão ocupar o Parlamento nestes primeiros meses da sessão legislativa conta-se o teletrabalho: há dez projetos de lei na especialidade (onde as propostas são trabalhadas ponto a ponto), versando questões como o direito à desconexão ou o pagamento dos custos associados ao teletrabalho. Também o pacote de medidas contra a corrupção conta mais de duas dezenas de propostas, entre as quais se contam vários projetos de lei sobre enriquecimento ilícito.

susete.francisco@dn.pt

“É expectável que o PS consiga passar este orçamento. Não é do interesse nem do PCP, nem do BE provocar uma crise. O passado já nos disse alguma coisa sobre isso”, diz António Costa Pinto.



B ZOOM // A SUA ESCOLA AINDA EX



ISTE?

Só nos últimos dez anos fecharam 3400 estabelecimentos de ensino em Portugal, entre desativações e fusões. Geração agora no 1º ciclo é a mais pequena da história recente no país

TEXTOS *Joana Faustino e Joana Mourão Carvalho*

B Zoom // Escolas


Educação. Menos 3000 escolas nos últimos dez anos

JOANA FAUSTINO
joana.faustino@ionline.pt

São cada vez menos os alunos, os professores e as escolas existentes em Portugal. Os jovens que hoje frequentam o ensino secundário, nascidos entre 2003 e 2006, representam uma geração em que ainda nasciam no país mais de 100 mil bebés por ano. Os que nasceram em 2014, o ano com menos nascimentos em Portugal – 82 367 –, vão entrar para o segundo ano e, quando chegarem ao secundário, serão menos 30 mil alunos do que atualmente neste nível de ensino.

E a tendência está à vista: entre o ano letivo de 2009/2010 e o de 2019/2020 o número de alunos nas escolas portuguesas desceu de 2 014 831 para 1 595 312, uma diferença de mais de 419 mil alunos. Foram encerradas nesse período de tempo 3451 escolas. Este ano, fecha mais uma: a escola de Ventosa, no concelho de Vouzela, que, se abrisse este setembro, contaria apenas com dois alunos matriculados.

Apesar de, segundo referiu a diretora do Agrupamento de Escolas de Vouzela ao *Jornal do Centro*, a freguesia de Ventosa não ter falta de crianças, as mesmas encontram-se a frequentar escolas em Vouzela.

A responsável explicou que esta não é uma situação nova e que a escola pode voltar a abrir quando existirem mais crianças interessadas em frequentá-la. O mesmo aconteceu no passado ao estabelecimento de Paços de Vilharigues, no mesmo concelho, "que esteve também suspenso e reabriu há dois anos".

Em 2010, quando José Sócrates era primeiro-ministro, uma resolução do Conselho de Ministros determinou que as escolas do ensino básico deveriam funcionar com um mínimo de 21 alunos. "Esta orientação permitirá encerrar, até ao final do ano letivo de 2010-2011, aquelas escolas cuja dimensão prejudica o sucesso escolar dos seus alunos. Com efeito, há uma relação entre a dimensão das escolas e o sucesso escolar, na medida em que as escolas de muito pequena dimensão apresentam taxas de insucesso escolar muito superiores à média nacional", justificava a decisão. No entanto, casos como o desta escola em Vouzela mostra que esta medida não foi seguida à risca, uma vez que no ano passado a Escola de Ventosa esteve em funcionamento com apenas seis crianças e, de acordo com uma portaria de 25 de maio de 2021, estavam com autorização excepcional de funcionamento para o 1.º

Este ano poderá registar o menor número de nascimentos de sempre em Portugal, mas a queda de natalidade já se nota bem nos alunos matriculados e no número de escolas.



Em dez anos, o número de alunos matriculados nas escolas portuguesas passou de 2 014 831 para 1 595 312, um decréscimo de quase meio milhão.

DREAMSTIME

ciclo do ensino básico até ao final do ano letivo 2020-2021 46 escolas, mais de metade na região do Centro.

Ao *i*, David Sousa, o vice-presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, explica que, apesar da existência da portaria, “é feita uma análise caso a caso” e o que acontece é que “o Ministério da Educação vai permitindo [que as escolas continuem abertas com] um menor número de alu-

Apesar de, segundo uma portaria, não poderem existir escolas básicas com menos de 21 alunos, isto acontece

Sociólogo sublinha a riqueza na convivência entre jovens “de várias etnias, idades e classes sociais”

nos do que aquele que está previsto” de modo a tentar encontrar alternativas válidas para a situação das crianças, que muitas vezes habitam em locais isolados.

PREJUÍZOS A NÍVEL DA CONVIVÊNCIA De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, 2021 pode ser o ano em que número de nascimentos ficará pela primeira vez abaixo dos 80 mil. Se tal se verificar, quando for altura de ingressarem no primeiro ciclo do ensino básico (ou seja, em 2027), o número de alunos matriculados nas escolas do primeiro ciclo rondará os 300 mil alunos – sendo que no ano de 2019/2020 estavam matriculados 386 583 alunos. Fecharão mais escolas? José Resende, sociólogo e professor catedrático na Universidade de Évora, explica que há várias coisas a ter conta na hora de pesar os benefícios e as desvantagens de encerrar escolas com um número reduzido de alunos e deslocá-los para outras instituições. Por um lado, há que ter em conta “a aprendizagem cognitiva”, mas, por outro, também a “convivência e a solidariedade” são fatores a analisar. Para o sociólogo, “não se pode generalizar nem os efeitos negativos, nem os efeitos positivos destas deslocações”.

“Tem de existir uma articulação entre as escolas e as câmaras municipais”, refere José Resende, de modo a que, por exemplo, seja garantido transporte quando a escola em que a criança estava fecha. Nesta equação, também devem ser tidos em conta os encarregados de educação, uma vez que, quando a carga destes, a deslocação pode refletir-se num aumento da despesa da família.

Se é praticamente consensual que um elevado número de alunos por turma pode ser prejudicial para a aprendizagem, o que acontece é que a interação com poucas crianças também se pode vir a refletir negativamente no futuro. Aí, David Sousa vai ao encontro das preocupações que levaram a criar uma regra, lembrando que há vários “estudos que indicam que escolas com um número residual de alunos têm tendência a ver o resultado escolar afetado”.

É certo que “em escolas mais povoadas” pode existir uma maior tendência para se assistir a “casos de indisciplina e de rebeldia, que é normal entre as crianças”, acrescenta José Resende, mas também isso “é importante do ponto de vista da própria socialização individual e global, uma vez que é a assim que as crianças e os adoles-

centes aprendem a administrar os conflitos existentes”. O professor destaca ainda a vantagem de as crianças poderem socializar com outras “de várias etnias, de várias idades e de várias classes sociais”, algo que só acontece quando se encontram em escolas com um maior número de colegas.

Se manter as escolas abertas pode também ter vantagens, a tendência tem sido a contrária, afetando mais os concelhos do interior. Há 33 municípios onde não existe ensino secundário, noticiou recentemente o *Jornal de Notícias*, tendo as crianças de deslocar-se para os concelhos vizinhos para poder fazer a escolaridade obrigatória. Se o fosso entre litoral e interior continuará a aumentar ou não é algo que só o futuro o dirá, mas o número de nascimentos não descola e a tendência tem sido para menos escolas, seja por desativação ou fusão em novos edifícios, com as antigas escolas primárias por onde passaram ainda as gerações mais velhas em vias de extinção. Na década de 60, Portugal chegou a ter 17 mil escolas de 1.º ciclo e hoje há 3.589 estabelecimentos de ensino com essa oferta. Na altura, no entanto, poucos iam além desse nível de educação, quando hoje os alunos do 3.º ciclo e secundário são a maior geração nas escolas.



Escolas desativadas. Os espaços novos que dão vida às aldeias

Antigas escolas do tempo do Estado Novo foram abandonadas por falta de alunos. Nos últimos anos, as autarquias têm recuperado os espaços, que reabrem com novas funções para servir a população local e atrair visitantes às regiões do interior que sofrem com a desertificação.

JOANA MOURÃO CARVALHO*
joana.carvalho@jonline.pt

As antigas escolas que o Estado Novo construiu ao abrigo do Plano dos Centenários, e que há várias décadas davam vida a muitas aldeias sobretudo no interior do país, estão a ser convertidas pelas autarquias locais em estruturas com funções muito diversificadas. A falta de alunos nestas regiões mais afetadas pela desertificação levou a que muitas destas escolas tivessem que fechar. Depois do seu encerramento,

para que os edifícios não ficassem totalmente abandonados, as autarquias procuraram vender os espaços para dar lugar a juntas de freguesia, restaurantes, alojamentos locais, entre outras utilizações.

Sabrosa é um dos concelhos que melhor exemplifica esta situação. Entre os 17 edifícios que estavam inseridos na rede de ensino básico, todos foram gradualmente desativados dessa função. Nas antigas escolas de Celeirós do Douro e Vilarinho de São Romão há agora unidades de alojamento turístico, numa aposta da autar-

quia em empreendimentos para acolher visitantes. Já em lugar da antiga escola de Provesende há um restaurante. As restantes 14 foram destinadas à habitação social, de forma a ajudar a fixar as pessoas nestas aldeias, nomeadamente as famílias mais carenciadas.

Ali perto, a antiga escola de Gouvães do Douro foi transformada no Lugar das Letras, uma unidade de turismo rural que em 2015 foi classificada como uma das 40 melhores casas de férias da Europa pelo jornal britânico *The Guardian*.

No Vale da Ursa, em Proença-a-Nova, a câmara municipal investiu 90 mil euros para transformar a antiga escola — encerrada desde o ano letivo de 1997/1998, quando contava com apenas três alunos — em alojamento local, com dois apartamentos independentes e uma varanda panorâmica com vista para o vale e para o pátio de recreio que foi transformado em jardim. A estrutura foi inaugurada a 13 de junho, mas não será a única a virar mais-valia turística. Vão também ser intervenções nas antigas escolas primárias de Vergão, que funcionou pela última vez no ano letivo de 1992/1993, e também as de Corgas e Fórneas, ambas encerradas no ano letivo de 2003/2004.

“À semelhança do que fazemos com outros equipamentos municipais, o obje-



02

tivo é criar oportunidades de negócio para quem as quiser aproveitar e, em conjunto com o município, potenciar o território como destino turístico", explicou o presidente da Câmara de Proença-a-Nova, João Lobo.

Em Águeda, as antigas instalações da escola de Belazaima do Chão, foram cedidas pela Câmara Municipal de Águeda, em regime de partilha, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Águeda (AHBVA) e à União de Freguesias (UF) de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão. Os bombeiros deste muni-

cípio implementaram naquele espaço uma unidade de formação, de forma a dar resposta às "necessidades de formação dos bombeiros, promovendo cursos de aperfeiçoamento técnico", esclarece o gabinete de imprensa da câmara municipal.

No mesmo concelho, mas na antiga escola da freguesia de Macieira de Alcoba, funciona há vários anos o restaurante "A Escola". O projeto, desenvolvido por António e Zulmira Novo, mantém a traça e alguns dos objetos originais de quando aquele espaço era frequentado por alunos e não clientes, dando a conhecer alguma da gastronomia serrana da região do Caramulo.

Com o mesmo nome, embora mais a sul, em Alcácer do Sal, foi também instalado um restaurante na antiga escola da aldeia de Cachopos, que ainda preserva um enorme quadro negro, daqueles onde se escrevia a giz.

Destas antigas escolas, erguidas entre as décadas de 1940 a 1960, pelo menos 1331 foram reaproveitadas e apenas 663 das 2379 identificadas continuam a funcionar como estabelecimentos de ensino, segundo avançou o *Jornal de Notícias* no final de agosto.

ESCOLAS À VENDA Fora do universo das antigas escolas primárias públicas, há uma série de colégios privados para compra

no mercado imobiliário. Com uma breve pesquisa na internet verificamos que há pelo menos sete colégios à venda. Um deles é o Colégio de Vizela, em Santa Eulália, que está anunciado por 1,8 milhões de euros. As antigas instalações poderão ser adaptadas para funcionar como lar, clínica de reabilitação, centro de dia, *spa* ou até mesmo como hotel, lê-se no anúncio.

Já em Mem Martins, Sintra, há um edifício abandonado, onde também funcionava um colégio, que está à venda por 2,9 milhões de euros. De acordo com o Plano Diretor Municipal, o imóvel pode ser usado para qualquer uso menos industrial, podendo ser convertido em residência sénior, centro hospitalar ou até em habitação, com viabilidade de construção para cerca de 65 apartamentos.

No mesmo município, em Rio de Mouro, há um infantário de grandes dimensões, com vários pisos e 15 divisões diferentes, à venda por 850 mil euros. De acordo com o anúncio, a construção de raiz para escola pode ser alterada para qualquer outra função, como habitação, escritórios, unidade turística, restauração, entre outras.

Entre os restantes estabelecimentos de educação disponíveis para compra há mais dois na Grande Lisboa, um em Santarém e outro em Setúbal.

*Texto editado por Marta F. Reis

01 Na freguesia de Macieira de Alcoba, em Águeda, no lugar de um antigo estabelecimento de ensino funciona agora o restaurante "A Escola"

FACBOOK RESTAURANTE A ESCOLA

02 O Lugar das Letras, considerado um dos melhores alojamentos de turismo rural na região do Douro, ainda conserva as secretárias da escola que ali existia há várias décadas

FACBOOK LUGAR DAS LETRAS

Autarquias recuperam antigas escolas para "criar novas oportunidades de negócio"

A Câmara de Proença-a-Nova gastou 90 mil euros para converter uma escola em alojamento local

N
INEVITÁVEL

Escolas perderam mais de 400 mil alunos em dez anos

Face à diminuição de estudantes, mais de 3550 escolas encerraram

Estabelecimentos desativados dão vida às aldeias // PÁGS. 14-19



Oscar Rivela



Bolsonaro faz tremer quarta maior democracia mundial

Apoiantes do Presidente brasileiro encheram as ruas do país. A maré de verde e amarelo pode impressionar, mas analistas dizem que é resultado do desespero do Presidente, em baixa nas sondagens, abandonado por aliados e acossado pela Justiça // PÁGS. 2-3

Bispo espanhol abandona Igreja por amor a uma escritora erótica e satânica

Clérigos acreditam que Novell foi possuído pelo "demónio" // PÁGS. 20-22

Autárquicas em Loures. Bernardino quer terceiro mandato

// PÁGS. 4-5

OE. Desdobramento de escalões do IRS agrada à esquerda e à direita // PÁG. 6

VAucher. Quase 26 milhões acumulados mas só há 260 mil inscritos

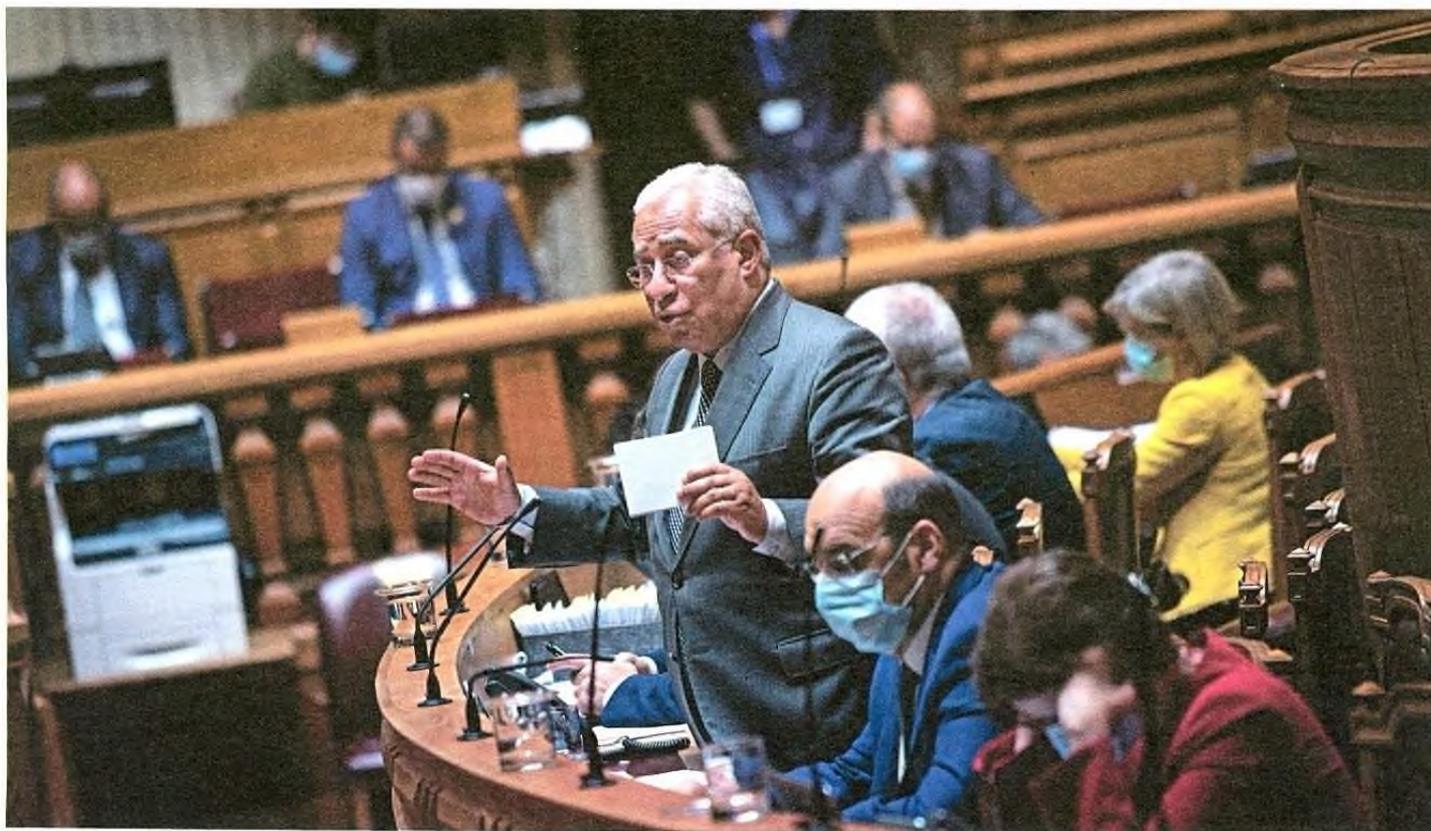
// PÁGS. 8-9

Juiz negacionista insulta polícias à entrada de audiência e diz-se superior

// PÁG. 32

Ministério Público diz que Chega está ilegal desde setembro de 2020

// PÁG. 32



Costa garante que próximo Orçamento trará desdobramento de escalões do IRS

BRUNO GONÇALVES

OE. Desdobramento de escalões de IRS agrada à esquerda e à direita

António Costa admitiu mexidas no 3.º e no 6.º escalões de IRS, abrangendo mais de um milhão de famílias.

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

António Costa acenou com alteração dos escalões de IRS no Orçamento de Estado do próximo ano. A ideia, segundo o primeiro-ministro, é fazer um desdobramento do 3.º e do 6.º escalões. Feitas as contas, estas mudanças irão abranger todos os contribuintes com rendimentos acima de dez mil euros (onde se inicia o terceiro escalão), ou seja, cerca de 1,4 milhões de famílias, de acordo com os dados das Finanças.

“Já fizemos um primeiro desdobramento dos escalões. Tínhamos previsto fazer este ano, e tivemos de adiar por causa da

crise, um segundo desdobramento. Estamos, neste momento, a fazer um trabalho muito sério para identificar a possibilidade de, no próximo Orçamento do Estado, fazer mais um desdobramento dos escalões. Temos que ir desdobrando”, disse o primeiro-ministro em entrevista à TVI, acrescentando que, em termos de fiscalidade, Portugal até “não compara mal” com os demais países europeus. “No terceiro escalão, que cobre rendimentos entre os 10 mil e os 20 mil euros, temos uma enorme diferença. Depois, há o sexto escalão, entre os 36 mil euros e os 80 mil euros, onde há uma diferença gigantesca”, apontou.

Uma proposta que, ainda assim, fica aquém das exigências do PCP. O secretário-geral do PCP já veio defender que o alargamento dos escalões do IRS deve ter em conta os rendimentos mais baixos e intermédios e apontou o regresso aos dez escalões como “uma boa referência para conseguir mais justiça fiscal”, apesar de reconhecer que “qualquer avanço é sempre positivo”. Mas que vai ao encontro do que tem sido pedido pelo PAN. Também o BE e o próprio PS já tinham posto em cima da mesa das negociações do próximo OE o aumento do número de escalões do IRS.

Para o líder comunista não há dúvidas: “Em relação ao alarga-

mento de escalões, estamos de acordo. Creio que a proposta não contempla aquilo que existia e que o Governo PSD/CDS reduziu drasticamente e, nesse sentido, o alargamento dos escalões deve ser de facto feito com base nesse princípio fundamental de uma visão de justiça fiscal que atenda aos menores rendimentos e mesmo aos rendimentos intermédios”, afirmou.

Mais crítico está em relação às questões laborais. Jerónimo de Sousa acusa António Costa de fazer apenas “uns retoques”

nesta matéria, defendendo que houve um vazio em relação a questões centrais”. E foi mais longe: “Além de algumas questões relacionadas com o teletrabalho, houve um vazio em relação a questões centrais, como por exemplo o combate à precariedade”, acrescentando que “em relação à contratação coletiva e à questão da caducidade, nem uma palavra nem uma referência, em relação à desregulação dos horários nem uma palavra nem uma referência”.

Do lado do PSD, Rui Rio defende igualmente uma redução da carga fiscal, mas pede ainda uma melhoria nos serviços públicos. “Os portugueses pagam imensos impostos, a carga fiscal é brutal. O que temos em Portugal não se assemelha aos países desenvolvidos, porque o retorno dos impostos é muito mau”, disse o líder social-democrata.

Já o CDS propõe também redução dos escalões e as taxas associadas. “Em Portugal, parece que as pessoas pagam para trabalhar. O que propomos é a redução dos escalões [de IRS] e das taxas associadas, para que trabalhar compense”, comentou o líder centrista, Francisco Rodrigues dos Santos.

PCP pede atenção a rendimentos mais baixos nos escalões do IRS no próximo OE

PSD também pede redução da carga fiscal e melhoria dos serviços públicos

N
INEVITÁVEL

Escolas perderam mais de 400 mil alunos em dez anos

Face à diminuição de estudantes, mais de 3550 escolas encerraram

Estabelecimentos desativados dão vida às aldeias // PÁGS. 14-19



Oscar Rivela



Bolsonaro faz tremer quarta maior democracia mundial

Apoiantes do Presidente brasileiro encheram as ruas do país. A maré de verde e amarelo pode impressionar, mas analistas dizem que é resultado do desespero do Presidente, em baixa nas sondagens, abandonado por aliados e acossado pela Justiça // PÁGS. 2-3

Bispo espanhol abandona Igreja por amor a uma escritora erótica e satânica

Clérigos acreditam que Novell foi possuído pelo "demónio" // PÁGS. 20-22

Autárquicas em Loures. Bernardino quer terceiro mandato

// PÁGS. 4-5

OE. Desdobramento de escalões do IRS agrada à esquerda e à direita // PÁG. 6

IVAucher. Quase 26 milhões acumulados mas só há 260 mil inscritos

// PÁGS. 8-9

Juiz negacionista insulta polícias à entrada de audiência e diz-se superior

// PÁG. 32

Ministério Público diz que Chega está ilegal desde setembro de 2020

// PÁG. 32



08-09-2021

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 11

Cores: Cor

Área: 4,69 x 8,44 cm²

Corte: 1 de 1



Valor recorde de trabalhadores

PORTUGAL A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social revelou que foi alcançado um número recorde de trabalhadores declarados à Segurança Social. Os dados avançados por Ana Mendes Godinho apontam para três milhões e 700 mil trabalhadores registados “num momento tão crítico como o que estamos a viver”, afirmou a ministra.

Segurança Social comparticipa creche de 75 mil crianças

Áreas metropolitanas do Porto e Lisboa acumulam pedidos para entrada

Vai abrir concurso para 5586 lugares em outubro, no âmbito do PRR

Joana Amortm
jamorim@jn.pt

PRIMEIRA INFÂNCIA Ao abrigo dos acordos de cooperação com o setor social e solidário, a Segurança Social apoiava, a 1 de junho, a frequência em creche de 75 281 crianças. A oferta continua a mostrar-se insuficiente nas zonas de maior pressão demográfica, nomeadamente nas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, onde se acumulam os pedidos para entrada naquelas respostas sociais. Em outubro, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), abrirá um concurso para 5586 lugares.

De acordo com informação facultada ao JN pelo Instituto de Segurança Social (ISS), 85% dos 89 014 lugares em 1854 creches com acordo de cooperação celebrado com o Estado eram comparticipados. O valor por utente e por mês é de 293,66 euros. Fora destes acordos, juntam-se "1035 creches com licença de funcionamento com capacidade para acolher 28 210 crianças".

REFORÇO NO LITORAL

Respostas insuficientes para a procura, com as instituições de solidariedade a terem, todos os anos, pedidos para entrada em espera. Em particular, na malha urbana do Grande Porto e da Grande Lisboa, onde se concentra a maioria da população jovem, com vários concelhos com

uma taxa de cobertura abaixo de 33%.

E é precisamente nos concelhos do Litoral que está previsto o aumento da capacidade instalada. De acordo com o ISS, "no âmbito do PRR, estão previstos investimentos para alargamento da rede de apoio à infância e criação de novos lugares de creches nos territórios de maior carência de resposta". Num total de 5586, correspondendo a um investimento de 54 milhões, "estando prevista a abertura do aviso em outubro" próximo.

Ao todo, são 56 os concelhos elegíveis, 63% dos quais nas referidas áreas metropolitanas. Sendo assim 21 os concelhos em que a oferta não chega a cobrir um terço da procura. Comos sejam Amarante, Cinfães, Rio Maior ou Penafiel.

Mais de 5500 lugares que se irão juntar, adianta o ISS, aos quase 3500 contratualizados no âmbito do programa PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais. Para o efeito, "foram já assinados 59 novos contratos de comparticipação financeira entre o ISS e as entidades, abrangendo 3438 lugares em creche (mais de 2600 dos quais novos), num investimento público que ultrapassa os 21 milhões".

De acordo com o mapa de 2018 da Carta Social, o país pinta-se a várias velocidades. Se alguns conce-

lhos do interior a taxa de cobertura é superior a 70%, já a de utilização fica abaixo. Situação que se inverte no Litoral. Sendo que, sublinhe-se, nem todos os pais optam por colocar os filhos até aos três anos em creche.

REALIDADES TERRITORIAIS

"O país não é todo igual. A informação que chega das instituições e das famílias é que os lugares nas zonas de grande concentração populacional, nomeadamente com casais mais jovens, são deficitários", diz, ao JN, Filomena Bordalo, da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade. Que sublinha que não poderemos falar em listas de espera nas creches abrangidas pelos acordos de cooperação, mas em pedidos para entrada. Na medida em que o acesso não se faz por ordem de chegada, mas "por situação social e familiar, que muitas vezes não significa situação económica e social".

O impacto da pandemia na procura deste ano é ainda uma incógnita. Porque "muitas pessoas optaram por outros locais de residência, num movimento de procura pelo campo, mais o teletrabalho, sendo natural que se venha a sentir alguns impactos".

A expectativa, agora, está no teor do aviso a lançar pelo Governo e, diz Filomena Bordalo, no "pacote financeiro para cooperação" que o acompanhará. ●



REPORTAGEM

Pilar esteve um ano à procura de vaga pública

Pandemia e parto prematuro dificultaram processo. Avó ajudou a tomar conta da bebé

SABER MAIS

Comparticipação
O valor de comparticipação da Segurança Social por utente por mês em creche tem vindo a subir de ano para ano. Atualmente, está nos 293,66 euros.

117 224

lugares

A 1 de junho contavam-se mais de 117 mil lugares num total de 2889 creches. O setor social e solidário respondia por 76% da capacidade instalada.



Alexandra Barata
alexandra.barata@ext.jn.pt

EDUCAÇÃO Depois de quase um ano à procura de vaga numa creche pública em Lisboa, Pilar Reis, 25 anos, pode finalmente respirar de alívio. Amanhã será o dia em que Olívia, que completou este mês um ano, irá conhecer os novos amiguinhos numa instituição do Bairro Alto. Para trás, ficaram meses de angústia.

A tirar um mestrado na área da Psicologia, Pilar descobriu que estava grávida no início da pandemia. Jovem e inexperiente, tinha noção de que conseguir uma vaga numa creche não era fácil. Mas tornou-se mais difícil ainda devido ao encerramento dos espaços durante a pandemia.

Quando intensificou os contactos, constatou que as pessoas estavam "assoberbadas, em pânico e sem sa-

ber o que ia acontecer". A preocupação com a creche passou, contudo, para segundo plano, quando Olívia nasceu dois meses antes do previsto e esteve internada um mês e meio no Hospital Garcia de Orta. "Só podia receber uma visita por dia. Eu ou o meu namorado passávamos lá todo o dia", recorda a psicóloga, o que lhes valeu uma conta de 500 euros de estacionamento.

PROCURA POR TELEFONE Apesar da preocupação constante, Pilar conseguiu acabar a tese de mestrado, nos dias em que era Gonçalo a visitar a filha, e obteve 19 valores. "Era um escape emocional, um método de alheamento", justifica.

Já depois de Olívia terido alta, diz que "os primeiros tempos foram um bocadinho intensos", com idas constantes ao hospital, pelo que só retomou a pro-

cura mais ativa de creche dois meses depois de a filha ter nascido. "Pensei em privadas, mas economicamente não era viável", refere a psicóloga.

"Nas creches públicas, só aceitavam bebés desde o berçário ou que tivessem lá irmãos", conta. "Nestas coisas, há o fator cunha e eu não tinha." Determinada a resolver o problema, recorda que ligou talvez para umas dez creches de Lisboa, até conseguir garantir a última vaga no Bairro Alto.

Inscrição numa instituição privada não era viável economicamente

Amanhã, a Olívia vai conhecer os amigos da escola no Bairro Alto

Olívia completou recentemente um ano e a família teve de reorganizar-se para cuidar da bebé, enquanto esperava por vaga numa creche pública

FOTO: PEDRO ROCHA / GLOBALIMAGENS



Costa promete dez mil novos lugares

No encerramento do congresso do PS, o primeiro-ministro, António Costa, garantiu que o Governo irá "apostar no desenvolvimento do programa de creches", anunciando a abertura de dez mil novos lugares. Anunciou, ainda, um aumento da majoração fiscal a partir do segundo filho, subindo o teto das deduções até 900 euros.

Gratuidade chega a todo o 2.º escalão

Numa tentativa de incentivar a natalidade e inverter o declínio demográfico, o Executivo vai alargar, a partir do próximo ano, a gratuidade de frequência em creche a todas as crianças abrangidas pelos 1.º e 2.º escalões de abono de família. Hoje, a medida apoia as famílias do 1.º escalão de rendimentos e as dos 2.º a partir do segundo filho.

A RETER

31

encerramentos

No ano passado, encerraram 31 creches com capacidade para 1019 crianças. Neste ano, e de acordo com dados disponibilizados pela tutela no final de julho, fecharam 17 creches (694 utentes).

Privados querem contratualizar com o Estado

Associação defende cooperação igual ao setor social e solidário

REIVINDICAÇÃO A Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular não entende por que razão apenas as respostas do setor social e solidário são consideradas para efeitos de acordos de cooperação com a Segurança Social, defendendo a entrada do setor privado na equação. Mas, da parte do Ministério da Segurança Social, só têm recebido silêncio, garante a sua presidente, Susana Batista.

"Há cada vez menos lugares e não se considera nesta rede a oferta de creches privadas", sublinha. Criticando ainda Susana Batista a "má distribuição dos apoios" que, no seu entender, devia ser "para as famílias e não para as instituições".

A associação defende, por isso, a integração da oferta privada na rede nacional. Em que "o Estado apoiasse as famílias mais carenciadas para poderem ter os filhos numa creche", independentemente da sua natureza jurídica.

A exemplo do que acontece, explica, com o Ministério da Educação (tutela do pré-escolar ao Secundário), "com os contratos simples e de desenvolvimento". Um modelo que poderia ser adotado pela Segurança Social para as creches.

Da parte da tutela, a Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular diz não ter resposta. "Em seis anos, tivemos uma reunião na Segurança Social. Depois, nunca mais responderam. Não conseguimos ser recebidos e ouvidos", desabafa Susana Batista. Numa altura em que, garante, "há cada vez menos creches" para fazer face ao aumento da procura. ● J.A.



in.pt Diário. Ano 134. N.º 99. Preço: 1,80€ Quarta-feira 8.9.2021

Director-Geral Editorial Domingos de Andrade / Directora Inês Cardoso / Directores-adjuntos Manuel Molinos, Pedro Ivo Carvalho e Rafael Barbosa / Director de Arte Pedro Pinental

JN
Jornal de Notícias
Fundado em 1888



Autárquicas
Transportes são fonte de discórdia entre candidatas de Vila Real

Necessidade de fixar pessoas reúne consenso em debate promovido pelo JN **P. 18**

Impostos
PSD e PCP aceitam mexidas nos escalões do IRS

Fiscalistas consideram ser cedo para medir impacto da intenção de António Costa **P. 10**

Seguradora condenada em acidente mortal com carro elétrico demasiado silencioso

Tribunal reconhece culpa de peão, mas considera automóvel sem ruído um risco

Legislação obriga, desde 2019, veículos a emitir som quando em marcha-atrás **P. 18**

Famílias
Segurança Social ajuda a pagar creche de 75 mil crianças

Há quem fique um ano a aguardar vaga no setor público **P. 6 e 7**

Porto
Obra da praia do Ourigo três meses à espera de demolição **P. 23**



Azerbaijão 0-3 Portugal

SUPERADO

Teste à finalização sem CR7 transformou-se em passeio que coloca as quinas na rota do apuramento para o Mundial **P. 4 e 5**

CLÁSSICO COTAÇÃO DO PLANTEL DO F. C. PORTO ULTRAPASSA SPORTING EM 71 MILHÕES **P. 40**



Penthouse
Ronaldo retira marquise ilegal de prédio em Lisboa **P. 37**

Alfândega
North Music Festival de volta a tempo de ser o primeiro

Evento agita Invicta no fim do mês. Braga acolhe Authentica em dezembro **P. 32**



Alívio nos escalões de IRS também depende de retenções na fonte

António Costa diz que pretende mexer nos atuais 3.º e 6.º escalões

Fiscalistas dizem que é cedo para perceber impacto e que o “diabo está nos detalhes”

Marta Caetano

maria.s.caetano@dinheirovivo.pt

OE2022 O alívio potencial nos IRS para os contribuintes do terceiro e sexto escalões de ainda não pode ser medido, mas qualquer mudança de taxas dentro dos intervalos de rendimento planeados pelo Governo deve vir acompanhada também de uma atualização das taxas de retenção na fonte, sob pena de não haver um impacto mensal das alterações para as famílias abrangidas.

A posição é defendida pela consultora EY, numa primeira avaliação à intenção dada a conhecer pelo primeiro-ministro, António Costa, de concretizar em 2022 um novo desdobramento de escalões prometido no programa do Governo, com incidência nos rendimentos do terceiro escalão (10 732 euros a 20 322 euros, com uma taxa progressiva de 28,5%) e no sexto escalão (36 967 euros a 80 882 euros, com taxa progressiva de 45%).

“Ainda que não seja de conhecimento público os moldes em que o Governo pretende proceder ao desdobramento do terceiro e sexto escalões, tal desdobramento levará a uma redução da carga fiscal destes contribuintes”, conclui a EY. Porém, o “potencial alívio fiscal decorrente do desdobramento dos escalões deverá ser acompanhado de

uma imediata atualização das tabelas de retenção na fonte de IRS, de forma a garantir alinhamento entre as retenções na fonte praticadas durante o ano de 2022 face às novas taxas anuais e escalões existentes”.

Em 2018, aquando da passagem aos sete atuais escalões no IRS, não houve essa atualização, que só veio a ocorrer um ano mais tarde. Isso, lembra a consultora, “gerou um desfasamento significativo entre as taxas de retenção na fonte praticadas durante 2018 e o imposto anual devido por muitos contribuintes”.

BOLO E RECEITA

Mas os fiscalistas também apontam que não basta conhecer esta orientação do Governo para avaliar se haverá alívio fiscal para os portugueses em 2022. Falta, ainda, perceber se as taxas de imposto se mantêm, e depois se não haverá alterações nas deduções à coleta ou medidas noutros impostos que contribuam para agravar a tributação.

“Dependendo de outras medidas que sejam tomadas em termos fiscais, pode traduzir-se numa redução fiscal ou não. Depende do bolo fiscal. Se mexerem noutras normas, se calhar tiram de um lado e põem no outro. Temos de ver o imposto como um todo”, assinala Mariana Gouveia de Oliveira, especialista em direito fiscal da Abreu Advogados, lembrando que “o diabo está no detalhe”.

À partida, o anúncio é “positivo”, defende a fiscalista, “mas ainda não há elementos suficientes para saber o que vai ser apresentado”. Por outro lado, o Governo também não explicitou se espera perda de receita fiscal. Tal será importante para perceber se “haverá redistribuição da fonte de receita dentro do IRS” ou expectativa de reduzir cobrança. ●



Costa quer mexer nos escalões dos 10 aos 20 mil euros e dos 36 aos 80 mil

PSD e PCP aceitam mexida, BE espera para ver

Rio acusa Governo de se apropriar de proposta laranja

O líder do PSD, Rui Rio, admitiu ontem que há uma “probabilidade muito grande” de o seu partido vir a concordar com o desdobramento de escalões do IRS anunciado pelo primeiro-ministro. No entanto, acusou o Governo de se ter apropriado de uma proposta laranja para o IRS dos jovens. À Esquerda, o PCP pediu o regresso dos dez escalões e o BE preferiu esperar por mais detalhes. “Tudo o que possam ser pro-

postas de redução da carga fiscal, que baixem aquilo que os portugueses têm de pagar de impostos, à partida, tem uma probabilidade muito grande de ter a nossa concordância”, admitiu Rio.

Contudo, o líder do PSD reclamou créditos acerca do IRS Jovem, programa que reduz temporariamente o valor desse imposto a quem está em início de vida. “Fizemos essa proposta no Orçamento anterior e o PS votou contra por ser do PSD”, referiu, acusando o Governo de “fazer campanha pelo PS”.

Para Catarina Martins, o Governo “ainda não anun-

ciou nada que se compreenda exatamente”. A líder do BE lembrou que o desdobramento de escalões estava no programa do Executivo, pelo que chega “com dois anos de atraso”. Quanto aos montantes e ao “impacto”, “ainda não sabemos nada”, insistiu.

O líder do PCP, Jerónimo de Sousa, reconheceu que “qualquer avanço” que proteja os menores rendimentos “é sempre positivo”. Contudo, lembrou que “já existiram dez escalões”, argumentando que essa “deveria ser uma boa referência para se conseguir mais justiça fiscal”.

Francisco Rodrigues dos Santos, do CDS, afirmou que a proposta do Governo irá prejudicar a poupança e “roubar mais dinheiro às pessoas”. Ao JN, Inês Sousa Real, do PAN, destacou a “aproximação” do Governo à aquilo que o seu partido já vem defendendo. ● J.V.S.



JN.pt Diário. Ano 134. N.º 99. Preço: 1,80€ Quarta-feira 8.9.2021

Director-Geral Editorial Domingos de Andrade / Directora Inês Cardoso / Directores-adjuntos Manuel Molinos, Pedro Ivo Carvalho e Rafael Barbosa / Director de Arte Pedro Pinental



Autárquicas
Transportes são fonte de discórdia entre candidatos de Vila Real

Necessidade de fixar pessoas reúne consenso em debate promovido pelo JN p. 18

Impostos
PSD e PCP aceitam mexidas nos escalões do IRS

Fiscalistas consideram ser cedo para medir impacto da intenção de António Costa p. 10

Seguradora condenada em acidente mortal com carro elétrico demasiado silencioso

Tribunal reconhece culpa de peão, mas considera automóvel sem ruído um risco

Legislação obriga, desde 2019, veículos a emitir som quando em marcha-atrás p. 18

Famílias
Segurança Social ajuda a pagar creche de 75 mil crianças

Há quem fique um ano a aguardar vaga no setor público p. 6 e 7

Porto
Obra da praia do Ourigo três meses à espera de demolição p. 23



Azerbaijão 0-3 Portugal

SUPERADO

Teste à finalização sem CR7 transformou-se em passeio que coloca as quinas na rota do apuramento para o Mundial p. 4 e 5

CLÁSSICO COTAÇÃO DO PLANTEL DO F. C. PORTO ULTRAPASSA SPORTING EM 71 MILHÕES p. 40



Penthouse
Ronaldo retira marquise ilegal de prédio em Lisboa p. 37

Alfândega
North Music Festival de volta a tempo de ser o primeiro

Evento agita Invicta no fim do mês. Braga acolhe Authentica em dezembro p. 32



Senhorios, as vítimas do costume

Li há dias no JN que o Governo pondera manter as rendas antigas congeladas. Que triste e negativa decisão esta. Os senhorios continuam a ser os pais dos pobres, quando na verdade o Governo e a Segurança Social é que têm a obrigação de construir habitação a preço acessível para os mais desfavorecidos.

Em tempos idos, os governantes tinham essa preocupação, que deu aliás origem aos bairros sociais, muitos dos quais ainda existem, mais ou menos degradados. Hoje, em democracia, a habitação acessível é coisa esquecida.

Há senhorios que vivem com dificuldades e que quando investiram em habitações para alugar pensavam



ter um rendimento assegura-
dos. Porém, agora, são eles
os explorados pelos incompetentes que nos governam.

DINA FERREIRA
dinaferreira112@gmail.com



Governo já admite aumento do preço da luz em 2022, ainda que “reduzido”

O secretário de Estado da Energia garante que o Governo “tudo fará” para que não haja aumentos para as famílias. João Galamba acusa o Bloco de “amnésia” e critica ainda o “péssimo exemplo” espanhol.

As “almofadas” do Governo podem, afinal, não chegar para amparar os portugueses de uma subida dos preços da luz no próximo ano. Uma semana depois de o ministro do Ambiente ter aferido que o Executivo tem instrumentos suficientes para “inibir” subidas em 2022, o secretário de Estado da Energia, João Galamba, reconhece que existe o “risco” de a fatura da luz aumentar. Mas caso venham a concretizar-se, sublinhou o governante, essas subidas “não serão muito elevadas”.

Galamba garantiu ainda, du-

rante uma conferência da APREN que teve lugar esta terça-feira em Lisboa, que o Governo “tudo fará” para que os aumentos não se materializem. “Com a informação que temos, não podemos dizer com rigor que não haverá uma subida, ou se a subida será de 1%. A única coisa que podemos dizer é que não acontecerá uma subida de 30%, 40% ou 50%. Sabemos que a subida não será muito elevada”, avançou o governante.

O secretário de Estado reforçou a ideia transmitida por Matos Fernandes em relação às “almofa-

das” que o Governo tem na mão para que o aumento dos preços no mercado ibérico não se reflita nos bolsos das famílias. Em causa está, por exemplo, um “enorme aumento”, ainda não calculado, das receitas do Fundo Ambiental, em virtude da subida dos custos das licenças de emissões de CO₂, que revertem em 60% para o sistema elétrico. O Governo conta também com o fim do contrato da central a carvão do Pego e, “mais importante”, com o impacto da produção com tarifas garantidas, que representa 50% da eletricidade

produzida, e que “no passado gerava custos, mas agora vai gerar benefícios e proteger os consumidores da enorme subida dos preços no mercado grossista”. Estas tarifas estão “praticamente todas abaixo do preço grossista”, pelo que a diferença entre o valor da tarifa fixa e o preço do mercado reverte para o sistema.

Confrontado com as críticas que o Bloco de Esquerda já teceu a estes instrumentos, João Galamba não poupou na resposta ao antigo parceiro de governação. “Não se percebe que alguns partidos tenham agora amnésia e critiquem as medidas do Governo, quando no passado as aplaudiram”, atirou, aproveitando para desferir golpes também ao Executivo espanhol, apontado pelo Bloco como exemplo devido às medidas que tem apresentado. “Não enganaremos os consumidores com medidas que criam a ilusão de ganhos no curto prazo mas que geram enormes perdas no longo prazo, como Espanha”, atacou Galamba, refe-

rindo-se à iniciativa do país vizinho como “um péssimo exemplo”.

Por outro lado, Galamba reconheceu que, ao contrário dos consumidores domésticos, os industriais estão menos protegidos das subidas, porque estão mais expostos ao preço da energia. Para estes consumidores, o Governo tem reiterado ter em preparação um pacote de medidas que irá permitir reduzir os custos da fatura, nomeadamente o mecanismo de compensação dos custos indiretos de CO₂. Além desta medida, Galamba adiantou que está em vias de ser levado a consulta pública um diploma que dará “via verde” às soluções de autoconsumo, ao eliminar algumas barreiras, que deverá beneficiar “todos os consumidores”, e não só os industriais.

O secretário de Estado abriu, por fim, a porta, à adoção de outro tipo de medidas com impacto nos preços da luz, remetendo “estes temas” para a discussão do Orçamento do Estado para 2022. ■

ANA SANLEZ



O primeiro-ministro anunciou o desdobramento de dois escalões do IRS tornando o imposto mais progressivo, mas só com as taxas se conhecerá o verdadeiro impacto.

ORÇAMENTO DO ESTADO

Mudança nos escalões abrange 45% do IRS cobrado

O primeiro-ministro anunciou que vai avançar com desdobramentos nos terceiro e sexto escalões do IRS, os quais, segundo as estatísticas do Fisco, abrangem quase metade do imposto liquidado. Haverá descidas significativas? Tudo dependerá da alteração nas taxas.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

Em 2020, um quarto do IRS liquidado foi suportado pelos contribuintes do sexto escalão, que se aplica a rendimentos entre os acima de 36.967 e até aos 80.882 euros. Do terceiro escalão, para ren-

dimentos entre os 10.732 e os 20.322 euros, saíram 20,36% do IRS pago nesse ano, referente a 2019. São dados estatísticos elaborados pela AT – os últimos disponíveis, já que os números do IRS de 2020, pago este ano, ainda não são conhecidos – e permitem ter uma ideia do que representam para a receita fiscal estes dois escalões de IRS. Os mesmos que, segundo avançou António Costa em entrevista à TVI nesta terça-feira, deverão ser desdobrados, numa revisão prevista no pro-

grama do Governo, mas que foi adiada por causa da pandemia.

Na prática, “estamos a falar dos contribuintes que representam a classe média”, sublinha Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC). O grosso das famílias (à volta de 50%) está nos primeiro e segundo escalões, onde somam pouco mais de 10% dos valores liquidados. Já o terceiro escalão junta 26,69% dos agregados familiares, que em conjunto pagam 20% do imposto arrega-

dado. O sexto escalão tem muito menos pessoas (cerca de 5% do total), mas é dali que vem 25% do imposto.

Estes dois escalões, nota Paula Franco, “abarcam intervalos de valores de rendimento grandes”, sobretudo o sexto, em que “o diferencial é enorme e abrange uma grande diversidade de rendimento”. A ideia do Governo será criar dois novos escalões, passando a nove a lista atual e, dessa forma, conferindo mais progressividade ao imposto. Se é certo que isso le-

vará a uma redução de impostos, é ainda cedo para se saber se será ou não significativa. Costa, aliás, explicou que estão ainda a fazer estudos e a comparar cenários.

Até porque, como refere Luís León, fiscalista da Deloitte, “o impacto final resultará de um misto entre escalões e taxas marginais de imposto” e se “faz sentido uma redução do IRS para devolver alguma liquidez às pessoas”, há “uma questão muito pragmática de gestão de contas públicas e o objetivo estratégico da dívida pú-

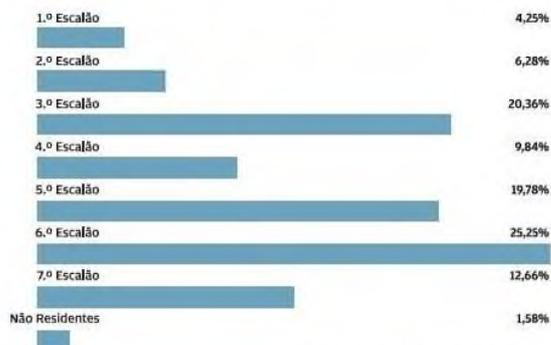


Manuel de Almeida/Lusa

MAIOR FATIA DO IRS COBRADO NO 6.º ESCALÃO

IRS liquidado por escalões, em percentagem do total

A maior fatia do IRS liquidado em 2020, referente às declarações de 2019, saiu do 6.º escalão de rendimentos: os contribuintes que auferem entre 36 mil e 80 mil euros contribuíram com 25,25% do IRS liquidado. Segue-se o terceiro escalão, com 20,36% do IRS liquidado. Apenas 4,2% do IRS vem do primeiro escalão, no qual está a maioria dos agregados.



Fonte: Estatísticas de IRS da Autoridade Tributária.

Há sete escalões de rendimento coletável. O primeiro começa nos 7.112 euros e aplica-se-lhe uma taxa de 14,5%. O último é para rendimentos superiores a 80.882 euros e a taxa é de 48%. Para cada um existe uma taxa normal e uma taxa média e o rendimento não

leva todo a mesma taxa. Acima do valor do primeiro escalão é dividido em duas partes: uma igual ao limite do maior dos escalões que nele couber, a que se aplica a taxa média; e uma segunda, com o resto, a que se aplica a taxa normal do escalão imediatamente superior.

blica sobre o PIB que o Governo terá de levar em linha de conta". Por outras palavras, terá de encontrar forma de compensar a quebra de receita fiscal. Mas "só sabendo as taxas é que se saberá o real impacto". Por outro lado, acrescenta Paula Franco, "terá de haver um ajustamento de todas as taxas, não apenas as dos escalões que serão desdobrados". A bastonária da OCC defende, aliás, um aumento do valor para o primeiro escalão, "que deveria ir pelo menos até aos dez mil euros", o que impediria que, como acontece hoje, "pessoas com pensões muito baixas, acabem a pagar IRS", diz.

Até 2012, a tabela contava com oito escalões, que foram reduzidos a cinco no OE para 2013, com o enorme aumento de impostos de Vítor Gaspar, em plena troika. Esse agravamento nunca acabaria por ser completamente eliminado, apesar das sucessivas promessas governamentais. Em 2018, o Executivo de António Costa criou mais dois escalões, passando de cinco para sete e desde então ficou pendente a promessa de novo desdobramento.

Entretanto, também a sobre-

taxa de IRS acabou e o rendimento isento subiu, as deduções foram reformuladas e o quociente familiar deu lugar a uma dedução fixa. E as próprias taxas foram revistas – é suposto, aliás, que este ano a inflação seja considerada de novo – mas até agora os portugueses não recuperaram o rendimento que perderam com o enorme aumento de impostos de Vítor Gaspar.

IRS Jovem custa pelo menos 16 milhões de euros

Além do desdobramento dos escalões, o primeiro-ministro anunciou já outras medidas, como o alargamento do IRS Jovem.

Este benefício, que teve efeitos pela primeira vez na declaração entregue este ano, incide sobre 30% do rendimento coletável no primeiro ano, sobre 20% no segundo e sobre 10% no terceiro ano. Tal como está, a medida custou 24 milhões de euros este ano e deverá custar 16 milhões de euros em 2022, segundo o cenário de políticas invariáveis enviado ao Parlamento. A este montante somará o alargamento da medida por cinco anos, tal como foi anunciado pelo primeiro-ministro. ■



Só sabendo as taxas é que se saberá o real impacto (...) terá de haver um ajustamento de todas as taxas, não apenas as dos escalões que serão desdobrados.

PAULA FRANCO
Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados

O impacto final resultará de um misto entre escalões e taxas marginais de imposto.

LUÍS LEON
Fiscalista da Deloitte



TOME NOTA

Medidas fiscais na calha para o Orçamento do Estado do próximo ano

O primeiro-ministro, António Costa, já anunciou várias medidas no IRS para o próximo ano: desdobramento dos escalões, alargamento do IRS Jovem e do Programa Regressar e um reforço das deduções por filho são as medidas fiscais na calha para o OE de 2022.

DESDOBRAMENTO DO 3.º E 6.º ESCALÕES DE IRS

O Governo está a estudar o desdobramento do terceiro e sexto escalões de IRS no próximo Orçamento do Estado (OE 2022). O terceiro escalão engloba os rendimentos entre os 10 mil e os 20 mil euros anuais e o sexto abrange rendimentos entre os 36 mil e os 80 mil euros. Atualmente, os rendimentos pertencentes ao 3.º escalão pagam uma taxa de IRS que chega a 28,5%. Já os rendimentos do 6.º escalão pagam uma taxa de IRS que ascende a 45%. O objetivo é criar novos escalões dentro destes intervalos de rendimentos, aplicando-lhes diferentes taxas de IRS. "Há, de facto, uma diferença gigantesca entre quem tem 36 mil euros por ano e quem tem 80 mil por ano", reconheceu o primeiro-ministro.

IRS JOVEM ALARGADO A CINCO ANOS

No ano passado, o Governo introduziu o IRS Jovem, um benefício fiscal para jovens entre os 18 e os 26 anos que permite a isenção parcial dos rendimentos do trabalho dependente obtidos pela primeira vez depois de concluído um ciclo de estudos. Só podem beneficiar da medida quem tenha um rendimento coletável até aos 25.075 euros. A isenção, que teve efeitos pela primeira vez na declaração de IRS entregue este ano, incide sobre 30% do seu rendimento coletável no primeiro ano, sobre 20% no segundo e sobre 10% no terceiro ano. Agora, o objetivo do Governo é alargar a medida de três para cinco anos: será deduzido 30% do rendimento nos primeiros dois anos, 20% nos terceiro e quarto anos e 10% no quinto ano, independentemente do seu rendimento. Além disso, a medida será aplicada de forma automática e vai passar a cobrir os rendimentos do trabalho independente.

MAIS TRÊS ANOS DE PROGRAMA REGRESSAR

Lançado em 2019, o Programa Regressar tem como objetivo atrair emigrantes a regressarem a Portugal através de três principais vertentes: um apoio financeiro para os emigrantes que venham trabalhar para Portugal, uma linha de crédito para apoiar o investimento empresarial e a criação de novos negócios em território nacional e um regime fiscal mais favorável. Este regime fiscal prevê que qualquer cidadão que tenha regressado a Portugal em 2020 ou 2019 tenha um desconto de 50% na fatura de IRS a pagar por cinco anos. "Vamos alargar, aprofundar e melhorar o Programa Regressar apoiando todos aqueles que tiveram de partir, sobretudo nos últimos anos, e que querem agora voltar", afirmou António Costa. A ideia é que o regime fiscal seja prolongado mais três anos.

REFORÇO DAS DEDUÇÕES POR FILHO

O Governo pretende atribuir um apoio de 600 euros, a partir do segundo filho, para os contribuintes que não pagam IRS e que, por este motivo, não beneficiam do reforço das deduções por filho. A medida deverá ser repartida entre 2022 e 2023 para atenuar o impacto orçamental da medida. Além disso, a majoração fiscal que dá 900 euros de dedução automática no IRS a partir do segundo filho até aos 3 anos vai ser alargada para os 6 anos.

negócios

negocios.pt

Quarta-feira, 8 de setembro de 2021 | Diário | Ano XVIII | N.º 4575 | € 2,70
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

M. DE FÁTIMA CARIOCA
Afganistão: para quando a reconstrução?
OPINIÃO 25



DARON ACEMOGLU
A União Europeia tem de expulsar a Hungria
OPINIÃO 26



IRS

Mudança nos escalões abrange 45% do imposto cobrado

Descidas na tributação vão ser direcionadas para beneficiar as famílias que asseguram o maior volume da receita de IRS.

ECONOMIA 10 e 11

Galp foi às compras para expandir rede de carregadores

Petrolífera adquiriu a Mobiletric.

EMPRESAS 16

Só 600 comerciantes aderiram ao IVAucher

EMPRESAS 14 e 15



istock

BASF
We create chemistry

Trabalho
Segundos empregos recuperam com retoma

ECONOMIA 12

Finanças verdes
Fundos ESG na mira dos reguladores mundiais

MERCADOS 20 e 21

Publicidade



SÉRIE 5 DIAS

OS ATAQUES TERRORISTAS DE 11 SETEMBRO DE 2001

O dia em que a aviação embarcou numa rota securitária

Banca ficou mais segura, mas mais pesada e cara

O atentado que obrigou Wall Street a fechar portas

PRIMEIRA LINHA 4 a 8



ID: 94778825

08-09-2021

A COR DO
DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

A Saúde está subfinanciada. Ponto!

A Luz Saúde, o grupo Lusiadas e o grupo CUF anunciaram restrições nos atos médicos e procedimentos cirúrgicos que aceitam fazer ao abrigo das convenções com a ADSE. Ontem soubemos que o primeiro e o último foram ainda mais longe: partos (com cobertura da ADSE) só serão realizados até final do ano.

É uma reação à publicação da tabela da ADSE na semana passada, que trouxe consigo uma reafetação de verbas em termos de atos médicos... com muitas surpresas. Como a ADSE, que funciona como um seguro médico, abrange 1,2 milhões de utilizadores, o

assunto ganha relevância. A instituição, percebendo o forcing dos operadores privados, anunciou que vai reavaliar as tabelas divulgadas. Pelos vistos parece não ter pressa...

A tabela da ADSE agora publicada reflete as dificuldades de financiamento da Saúde, que se têm vindo a agravar nos últimos anos. E reflete também o subfinanciamento do SNS, da responsabilidade deste Governo. Exatamente o oposto do que o Executivo apregoa aos quatro ventos.

O problema da Saúde tem apenas a ver com o financiamento? Não. O setor tem um grave problema de gestão, coisa de que o Go-

verno foge como o diabo da cruz: o edifício do SNS está obsoleto, está dominado por lóbis que pressionam custos e precisa urgentemente de uma vassourada.

Pergunta: já ouviu o Governo falar no assunto? A única coisa que ouvimos de São Bento, de João Crisóstomo e do PS é a repetição da ladainha do "investimento no SNS". Uma mentira descarada, que por ser repetida vezes sem conta não é percebida pelos eleitores. Vamos ver se a debacle da ADSE serve para o país perceber até que ponto o Governo desinvestiu na Saúde para poder alimentar os lóbis da função pública. ■



Conselho de supervisão critica atitude de alguns grupos privados **Economia**

Encargos da ADSE e dos beneficiários com consultas aumentam 35%

Nova tabela sobe preço das consultas pagas aos privados, com o objectivo de atrair mais médicos para as convenções

Raquel Martins

A entrada em vigor da nova tabela de preços pagos pela ADSE no regime convencionado tem sido criticada por alguns grupos privados de saúde, por entenderem que não valoriza “de forma adequada” o trabalho dos profissionais ou a diferenciação dos seus hospitais e clínicas. Mas se em alguns casos a ADSE vai pagar menos aos prestadores, noutros os novos preços são mais elevados, como acontece com as consultas, em que o encargo do subsistema e dos beneficiários subiu 35%, ou com alguns exames.

Na generalidade das consultas – que em 2020 representaram cerca de 10% dos 349 milhões de euros gastos com o regime convencionado (é a quinta rubrica que mais peso tem, a seguir à quimioterapia e à cirurgia) – o preço a pagar aumenta de 18,46 euros (14,47 euros pagos pela ADSE e 3,99 euros pelo beneficiário) para 25 euros (20 euros pagos pelo subsistema e cinco pelo beneficiário). Ou seja, uma subida superior a 35%.

No caso das consultas especiais, a nova tabela também traz aumentos significativos. É o que acontece com a pediatria em que o valor total pago aos privados passou de 18,46 para 35 euros – uma subida de 89,6% –, ou com as consultas de cardiologia, em que o preço total subiu 28%, de 25 para 32 euros.

Determinados exames também são pagos a um preço mais elevado, em particular alguns dos que vários hospitais privados decidiram retirar da convenção. É o que acontece, por exemplo, com a ecografia obstétrica, em que o valor pago pela ADSE subiu de 14,5 para 34 euros.

Nos últimos dias, Eugénio Rosa, vogal do conselho directivo da ADSE em representação dos beneficiários, e a Associação Nacional de Beneficiários da ADSE (conhecida por Associação 30 de Julho) têm feito várias

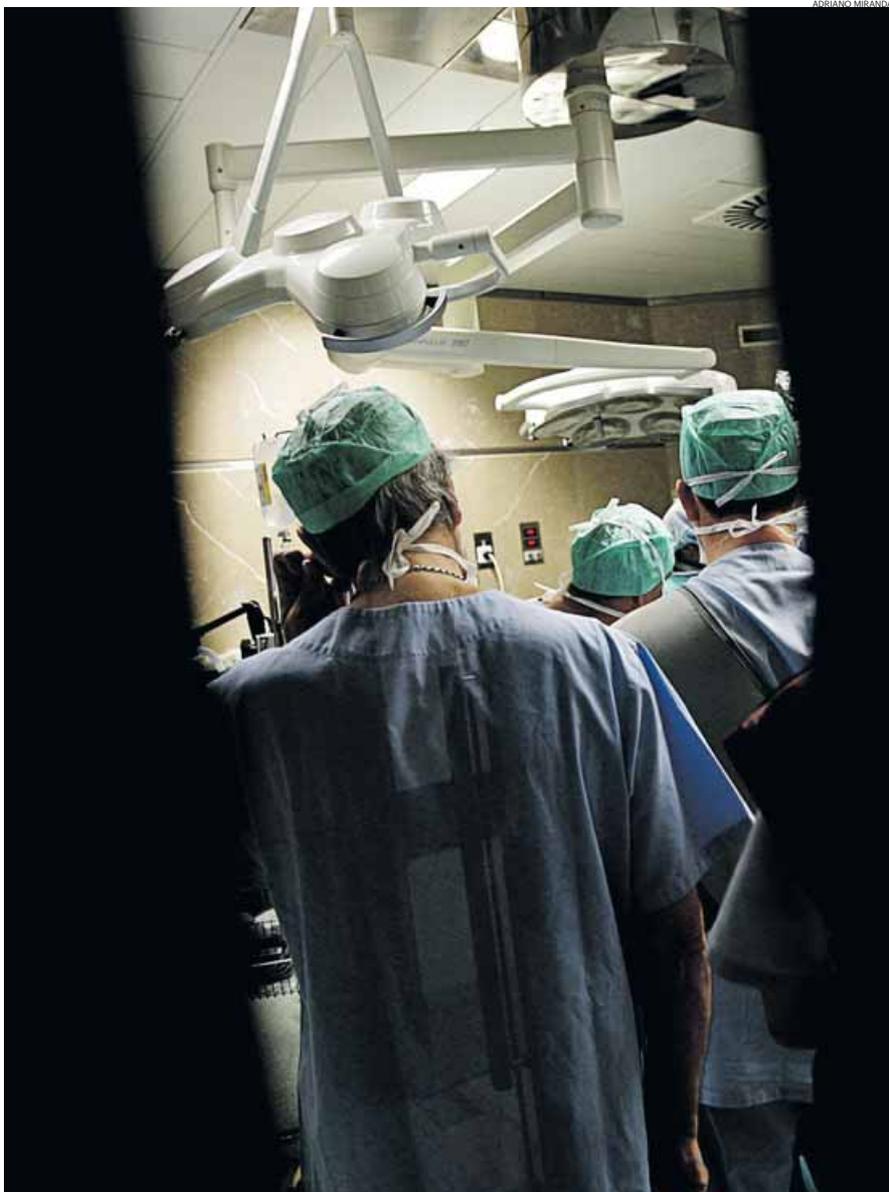
publicações a comparar alguns dos preços praticados, numa tentativa de esclarecerem os beneficiários. Mas se no caso das consultas essa comparação é relativamente simples, nas cirurgias (que representam o segundo maior gasto da ADSE com o regime convencionado) é difícil avaliar o impacto da nova tabela, uma vez que cerca de 700 actos passaram a ter um preço máximo, enquanto até agora os consumíveis e medicamento usados tinham um preço livre.

A Associação 30 de Julho exige que a ADSE publique um mapa comparativo entre a tabela antiga e a nova e questiona a legalidade de os prestadores se desobrigarem da convenção em relação a alguns actos.

Ontem, o conselho geral e de supervisão da ADSE (órgão onde têm assento representantes dos beneficiários, dos sindicatos e de vários ministérios) desafiou a direcção da ADSE a fazer uma campanha de informação aos beneficiários sobre a nova tabela e a dar resposta às dúvidas que têm sido colocadas depois de a CUF e a Luz Saúde terem anunciado que deixariam de aplicar a convenção para alguns actos como os partos, ecografias, exames de gastroenterologia ou consultas.

No comunicado, o conselho considera “inaceitável e pouco ético” que alguns prestadores de cuidados de saúde privados recusem concluir tratamentos médicos em curso ou cirurgias já agendadas em regime convencionado e lembra que a tabela devia ter entrado em vigor a 1 de Junho, mas a data foi adiada a pedido dos prestadores, “que invocaram dificuldades na adaptação dos seus sistemas informáticos”. Perante isto, repudia a reacção “de dois dos grandes grupos de saúde – Luz e CUF – invocando alterações de preços por parte da ADSE em finais de Agosto”. Isso, lê-se no comunicado, “não é verdade”.

No caso da CUF, o grupo decidiu



As cirurgias representam o segundo maior gasto da ADSE com o regime convencionado

Apelo à inscrição de trabalhadores a contrato

O prazo para os trabalhadores com contrato individual em entidades públicas se inscreverem no sistema de protecção na doença da função pública termina amanhã, 9 de Setembro, o que levou o conselho directivo da ADSE a publicar uma nota no seu site a lembrar que quem não aderir até essa data não voltará a ter outra oportunidade. A possibilidade de estes trabalhadores se inscreverem está prevista numa disposição transitória do Decreto-Lei 4/2021 destinada

especificamente aos que têm contrato individual em entidades como os hospitais EPE, as universidades ou outras entidades públicas empresariais desde que não tenham carácter industrial ou comercial. Estas pessoas, embora trabalhassem em organismos públicos, não se podiam inscrever na ADSE e foi-lhes dado um prazo de seis meses – que terminaria em Junho e que foi prolongado até Setembro – para comunicar à entidade empregadora o desejo de entrar no sistema.

instituir um período transitório que permite que os exames de gastroenterologia agendados até 31 de Agosto possam realizar-se até final de Outubro e que os partos se possam realizar até 31 de Dezembro. Depois destas datas, estes actos passam a ser feitos com base na tabela “especial” no âmbito do regime livre. A Luz Saúde também mantém a convenção para os partos realizados até final do ano.

Os conselheiros saúdam a entrada em vigor da nova tabela e dizem que “melhora globalmente o serviço prestado aos beneficiários, clarifica as relações com os prestadores de saúde e permite alargar o acesso ao regime convencionado”. E desafiam a direcção da ADSE a aumentar a celebração de novas convenções e o número de actos médicos nas já existentes.



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Quarta-feira, 8 de Setembro de 2021 • Ano XXXII • n.º 11.457 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€



Público

20 anos do 11 de Setembro
O erro americano que destruiu o Iraque
Mundo, 18 a 21



Novo programa
União Europeia vai apoiar cidades que queiram ser neutras em carbono
Local, 17

Festival de Veneza
Durante 36 anos a câmara de Jon Alpert foi cúmplice do crime e o resultado é *Life of Crime*
Cultura, 28

Quatro em cada cinco adolescentes já foram vacinados contra a covid-19

O ritmo de vacinação, com pelo menos uma dose, dos jovens dos 12 aos 17 anos acelerou. Nos mais velhos, a recusa vacinal é de 4% no grupo dos 20 anos, o dobro do registado na faixa etária dos 40 **Sociedade 14/15**



ANTONIO LACERDA/EPA

Brasil
Bolsonaro ataca a democracia: "Só Deus me tira de lá"

Destaque, 2 a 4

Manifestação de apoio a Jair Bolsonaro, ontem, no Rio de Janeiro. Protestos repetiram-se em várias cidades brasileiras

Do SEF à eutanásia
OE e autárquicas empatam temas quentes no Parlamento

Política, 11

Apelo à DGS
Peritos pedem orientações claras sobre o uso de máscara

Sociedade, 13

IVaucher
Obrigação de pagar com cartão bancário adia reembolsos

Economia, 25

Consultas
Encargos da ADSE e de beneficiários aumentam 35%

Economia, 23

Futebol
Portugal vence no Azerbaijão e acelera rumo ao Mundial 2022

Desporto, 36/37



IVAucher funcionará nas máquinas de pagamento habituais, sem desconto na hora

Pedro Crisóstomo

Consumidores já reuniram 47,5 milhões para descontar e ainda falta somar Agosto. Regras serão diferentes do previsto

As empresas da restauração, alojamento e cultura que aderirem ao IVAucher terão apenas de associar o seu número de identificação fiscal (NIF) ao programa e indicar a "matrícula" (uma espécie de número de identidade) dos terminais de pagamento automáticos (TPA) onde os clientes pagam através dos cartões. Independentemente do banco que fornece a máquina, todos os terminais servirão, desde que o TPA esteja identificado, explicou fonte da Saltpay, operadora do sistema do programa.

Afinal, ao contrário do que foi previsto inicialmente pelo Governo, não será preciso que os terminais tenham como fornecedor uma instituição financeira aderente do IVAucher ou a própria Saltpay. Os bancos passam a ser uma peça central, mas noutro vértice, o dos cartões utilizados para pagar as compras alvo do desconto.

A segunda fase do IVAucher arranca dentro de poucas semanas. A partir de Outubro, os consumidores que pediram facturas com NIF ao longo de Junho, Julho e Agosto nas empresas de restauração, alojamento e cultura poderão começar a reaver, aos poucos, a totalidade do IVA acumulado, descontando esse montante em novos gastos nos mesmos sectores de actividade através de um desconto de até 50% em cada nova compra.

A fase do desconto vai de 1 de Outubro a 31 de Dezembro. E para que um consumidor usufrua do benefício, é essencial que se cumpram três condições: que a pessoa se inscreva no programa; que faça a compra num comerciante aderente; e que pague com o cartão bancário de uma instituição financeira que também participa no IVAucher.

As duas primeiras já eram um requisito de base, mas a terceira é uma novidade, porque o Governo anunciou recentemente que os bancos comerciais farão parte da solução de pagamento, o que obrigou o executivo e a Saltpay a ajustar o funcionamento das regras para uniformizar a forma de reembolsar o IVA.

Os principais bancos que operam em Portugal vão celebrar protocolos de participação no IVAucher com a Saltpay e, regra geral, um consumidor só conseguirá usufruir do desconto

se fizer o consumo com o cartão de uma dessas instituições financeiras (a lista dos bancos que já deram o "sim" ainda não é conhecida, mas a Saltpay prevê divulgá-la em breve no site oficial do IVAucher, o mesmo onde os consumidores podem aderir).

A alternativa

Mesmo que um cliente vá a uma loja que seja aderente do IVAucher poderá não conseguir accionar o desconto se o emissor do seu cartão bancário for uma instituição que não entre no barco do IVAucher (ou até se o fizer com um cartão de refeição), esclare-

ceu fonte da Saltpay. No entanto, a empresa prevê que quase todos os principais bancos entrem e explica que, com essa capilaridade, sejam poucos os casos em que os consumidores ficarão impedidos de aplicar o desconto.

Há ainda uma outra possibilidade, embora o impacto seja marginal: o cliente de um banco que não esteja envolvido no programa poderá utilizar o desconto se fizer a compra num estabelecimento associado à rede da Saltpay (por exemplo, um restaurante que instale a funcionalidade IVAucher no software de facturação). Mas

o impacto deverá ser marginal por causa da posição de mercado da empresa em Portugal.

O desconto em cada nova compra é de até 50% (desde que haja saldo suficiente para tal) e, quanto a isso, não há alterações.

No entanto, a participação dos bancos traz outra mudança de monta: afinal, ao contrário do que estava previsto, a redução no "preço" não acontecerá na hora. O reembolso será diferido. O consumidor paga com o cartão bancário e, nesse momento, suporta o valor na totalidade (como habitualmente); depois, o banco emi-

te um reembolso correspondente a 50% da compra num prazo máximo de dois dias úteis (nuns bancos, a devolução poderá acontecer no dia seguinte, noutros, no tal prazo máximo de dois dias definido pelo Governo). No limite, como o sistema funciona à base dos cartões bancários de que um contribuinte seja titular, um consumidor consegue aplicar o desconto mesmo se não pedir ao comerciante que coloque o seu NIF.

Os bancos conseguirão fazer o acerto diferido na conta dos clientes porque, ao entrarem para a solução tecnológica do IVAucher, poderão fazer um cruzamento de informação: por um lado, saberão quais são os clientes que se inscreveram no IVAucher; por outro, saberão que o seu cliente fez uma compra num terminal de pagamento de uma empresa aderente (que se inscreveu porque tem um código de actividade principal abrangido pelo programa). Cabe à Saltpay confirmar aos bancos qual é o valor do saldo que pode ser utilizado, de forma que o banco faça a compensação.

Seiscentas empresas

Para já, o programa conta com 260 mil consumidores inscritos. Nos dois primeiros meses (Junho e Julho), os consumidores acumularam 47,5 milhões de euros para utilizar. De acordo com dados do Ministério das Finanças, este valor resulta de consumos de 381 milhões de euros – correspondentes a 13,2 milhões de facturas emitidas com NIF – em empresas que têm como código de actividade principal (CAE) uma das referências abrangidas pelo IVAucher.

Dos 47,5 milhões acumulados, 22,7 milhões correspondem a consumos do primeiro mês e 24,8 milhões do segundo, sendo que 77% vêm de consumos na restauração (cafés, pastelarias e restaurantes).

O valor de Julho ainda é preliminar porque, este ano, com a introdução das chamadas "férias fiscais", os comerciantes tiveram mais tempo para comunicar as facturas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) – puderam fazê-lo até 31 de Agosto – e a contabilização dos valores ainda não está fechada, segundo as Finanças. A estes cerca de 50 milhões vai somar-se o montante do IVA acumulado em Agosto, sendo que os comerciantes têm até 12 de Setembro para comunicar as suas facturas ao fisco.

Para já, só cerca de 600 empresas se inscreveram na plataforma, mas neste leque há cadeias empresariais que têm vários estabelecimentos espalhados pelo país.



Regras iniciais do programa foram apresentadas em Junho

Números

260

Até agora, cerca de 260 mil consumidores aderiram ao IVAucher. É possível aderir em qualquer altura

37

Perto de 37 milhões de euros do IVA acumulado entre Junho e Julho vem de consumos na restauração (77% do valor reunido)



Segunda fase do IVAucher arranca dentro de poucas semanas e termina no final do ano



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Quarta-feira, 8 de Setembro de 2021 • Ano XXXII • n.º 11.457 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€

<p>Público</p> 	<p>20 anos do 11 de Setembro O erro americano que destruiu o Iraque Mundo, 18 a 21</p>		<p>Novo programa União Europeia vai apoiar cidades que queiram ser neutras em carbono Local, 17</p> <hr/> <p>Festival de Veneza Durante 36 anos a câmara de Jon Alpert foi cúmplice do crime e o resultado é <i>Life of Crime</i> Cultura, 28</p>
---	---	--	---

Quatro em cada cinco adolescentes já foram vacinados contra a covid-19

O ritmo de vacinação, com pelo menos uma dose, dos jovens dos 12 aos 17 anos acelerou. Nos mais velhos, a recusa vacinal é de 4% no grupo dos 20 anos, o dobro do registado na faixa etária dos 40 **Sociedade 14/15**



ANTONIO LACERDA/EPA

Brasil
Bolsonaro ataca a democracia: "Só Deus me tira de lá"

Destaque, 2 a 4

Manifestação de apoio a Jair Bolsonaro, ontem, no Rio de Janeiro. Protestos repetiram-se em várias cidades brasileiras

Do SEF à eutanásia
OE e autárquicas empatam temas quentes no Parlamento

Política, 11

Apelo à DGS
Peritos pedem orientações claras sobre o uso de máscara

Sociedade, 13

IVAucher
Obrigação de pagar com cartão bancário adia reembolsos

Economia, 25

Consultas
Encargos da ADSE e de beneficiários aumentam 35%

Economia, 23

Futebol
Portugal vence no Azerbaijão e acelera rumo ao Mundial 2022

Desporto, 36/37



Seguradoras desconhecem que haja valores que fiquem por facturar pelo SNS

Camilo Soldado

Associação refere que paga mais de 37 milhões de euros por ano através de sistema articulado com hospitais públicos

A Associação Portuguesa de Seguradores (APS) desconhece que haja custos que fiquem por facturar pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS). Isto porque há uma falha nos sistemas de prescrição do SNS que impede que uma parte das despesas com medicamentos seja comunicada às entidades financeiras responsáveis. A situação foi identificada em 2014, mas nunca verdadeiramente emendada pela Administração Central de Sistemas de

Saúde (ACSS), que gere o SNS.

Em resposta enviada ao PÚBLICO, a APS explica que tem pagado, “em média, mais de 37 milhões euros por ano”, ao abrigo de um sistema articulado com os hospitais públicos, “que permite a facturação directa às seguradoras dos custos incorridos. Mas desconhece “que haja quaisquer custos não facturados”.

A falha acontece quando, na sequência de acidentes da responsabilidade de terceiros (como de viação, trabalho ou desporto), o utente é atendido em regime de ambulatório numa unidade do SNS e lhe são receitados medicamentos para comprar numa farmácia. O SNS não tinha forma de identificar essas situações e ser ressarcido da percentagem do medicamento que, de acordo com a lei,

deveria ser pago pelas seguradoras.

Ou seja, as seguradoras não têm essa informação porque é o próprio SNS que não lhes comunica os valores a facturar. Nem o poderia fazer, uma vez que existe essa falha no sistema de prescrições que faz com que as situações não sejam identificadas.

Em 2015, foi publicada uma portaria que pretendia corrigir a situação, o que acabou por não acontecer. Em 2019 foi introduzida uma alteração ao sistema Prescrição Electrónica Médi-

ca (PEM) que, em teoria, permitira identificar essas despesas e passou a constar a opção “SNS-Acidente” como entidade financeira responsável. No entanto, essa opção nunca foi accionada pelos médicos. Logo, não foi feita qualquer cobrança, como refere a ACSS, que também não sabe quanto fica por cobrar às seguradoras.

A Ordem dos Médicos entende que “a facturação dos actos é uma tarefa da esfera administrativa e que se pretende o mais automatizada possível, devendo os médicos estar concentrados na qualidade dos actos clínicos e na relação com os doentes”. A ACSS diz que está a “proceder à revisão do processo de modo a identificar possíveis acções de melhoria na implementação do disposto na portaria em causa”.



A falha existe há sete anos. Houve uma tentativa para a corrigir, mas não resultou



Oito mil enfermeiros infectados

Quase oito mil enfermeiros foram infectados com o vírus SARS-CoV-2 desde o início da pandemia, o que representa cerca de 10% dos profissionais inscritos na Ordem. Segundo a Ordem dos Enfermeiros (OE), desde Março de 2020 e até Julho deste ano, verificaram-se “7928 casos de infecção destes profissionais de saúde”, o equivalente a “cerca de 10% dos enfermeiros registados na OE”. Fica claro porque é que os enfermeiros precisam de subsídio de risco, algo que ainda não têm”, salientou a bastonária Ana Rita Cavaco, num comunicado. De acordo com a mesma fonte, em Março a OE “solicitou ao Ministério da Saúde o número de enfermeiros infectados desde o início da pandemia”, mas “só agora” recebeu esta informação por parte da Direcção-Geral da Saúde. Segundo dados do ministério, o Serviço Nacional de Saúde tem cerca de 49 mil enfermeiros. **Lusa**





Turismo: Governo reforça apoios às empresas

Programas de apoio ao fim das moratórias ou de recapitalização das empresas são algumas das principais apostas.



Num cenário de "recuperação "em K" da economia", o Governo está preparado para continuar a apoiar as empresas do setor do turismo, depois de um ano difícil devido à pandemia. A garantia foi dada pelo ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, que falava durante o webinar "Reativar o Turismo. Construir o Futuro", organizado pela Associação da Hotelaria de Portugal – AHP.

Segundo o governante, já foi prolongado o programa de apoio à retoma progressiva das empresas: "mantêm-se as características atuais do apoio por um período indefinido, pois o verão não será muito robusto, e segue-se uma época baixa".

O Governo vai também ajudar as empresas com o fim das moratórias, pois "o setor precisa de mais tempo para reembolsar esta dívida. Aprovámos um programa que permite que, se as empresas destes setores mais afetados e os seus bancos acordarem uma prorrogação do prazo da dívida, o Estado assume 25% dessa dívida reestruturada". E explicou que "este programa foi visto como importante nas nossas conversações com o setor bancário. Visa assegurar que empresas que não estão agora em incumprimento mas que poderiam vir a estar beneficiem deste alargamento de maturidades. O

O Governo vai ajudar as empresas com o fim das moratórias, pois "o setor precisa de mais tempo para reembolsar esta dívida".

Estado está disponível para dar estas garantias".

Siza Vieira destacou também a importância das linhas de crédito do Governo, cujo arranque foi "relativamente lento", mas que tem agora "mais dinamismo. Temos de assegurar que as empresas continuam a ter liquidez".

O ministro destacou também dois programas de recapitalização de empresas, "um para apoiar as empresas que pretendam começar a amortizar a dívida Covid que contraíram no ano passado, através de um regime de empréstimos participativos" (já em vigor), além de um Programa de Recapitalização Estratégica, "para empresas que tenham agora perspectivas de viabilidade e que cumpram um conjunto de critérios".

Numa perspetiva de Futuro, Siza Vieira lembrou que "percebemos com esta pandemia que vamos precisar de fazer ajustes à oferta turística e ao alojamento". Para o efeito, "temos conjunto de verbas importantes no PT2030 para o apoio às empresas, para a digitalização das operações, ou para a formação dos recursos humanos".

O Governo pretende também "abrir o fundo de investimento imobiliário de apoio às empresas a investidores estrangeiros, para criar a oportunidade de fazer operações de sale & leaseback e permitir a melhoria das condições de balanço e monetização de ativos que possam estar disponíveis para ajudar a gerir esta crise".

Apesar de admitir que a recuperação no setor do turismo não é tão forte como noutros setores, o ministro considera que o setor do turismo ainda pode atingir os 9 mil milhões de euros de receita no acumulado do ano, o que seria uma subida de cerca de 10% face a 2020. Já o PIB pode crescer mais de 4%.

Siza Vieira acredita que este "é um momento que começamos a ver a luz ao fundo do túnel, apesar de já nos termos enganado sobre isto várias vezes. A verdade, é que a contenção dos danos permite-nos encarar esta recuperação com outra confiança".



Associações preocupadas com possível prorrogação do congelamento de rendas antigas

O Governo afirmou recentemente que vai ponderar adiar o fim do congelamento das rendas dos contratos anteriores a 1990, aquela que poderá ser a terceira extensão do prazo.

A pouco mais de um ano do fim (previsto) do congelamento das rendas anteriores a 1990, o Governo pondera estender este prazo além de 2022, depois de este já ter sido prorrogado por duas vezes desde que a nova lei entrou em vigor.

A Secretaria de Estado da Habitação fez saber, em declarações à comunicação social, que "tendo em consideração estes prazos, o Governo está a avaliar os diversos cenários de intervenção no âmbito da elaboração do OE 2022".

"O Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) prevê um período transitório, atualmente de 10 anos, com regras específicas para a atualização das rendas dos contratos de arrendamento habitacional" anteriores a 1990 e, findo esse prazo, "os contratos podem transitar para o NRAU, sendo certo que a real eficácia apenas se verifica no final de 2022", recordou a secretaria.

Beneficiam deste regime transitório os inquilinos com rendas anteriores a 1990 que comprovem que o rendimento anual bruto corrigido do seu agregado familiar é inferior a 5 retribuições mínimas nacionais anuais.

A Associação Lisbonense de Proprietários reagiu à notícia, e "repudiou de forma veemente" a intenção do Governo, e apela ao Executivo que tenha "coragem de mudar o paradigma nas políticas de Habitação e do Arrendamento, que comprovadamente fracassaram e tiveram, aliás, um resultado catastrófico no mercado imobiliário. A ALP defende, por isso, que o Estado tem que assumir as suas responsabilidades e trabalhar com - e não contra - os proprietários, para criar um mercado funcional e atrativo para todos, neste período tão determinante de recuperação económica pós-pandemia".

A ALP "defende que o Governo não pode adiar mais o papel que só a si lhe compete, consignando em sede de Orçamento do Estado a dotação necessária para subsidiar os arrendatários com comprovada carência económica, conforme diploma que está em vigor desde 2014 e que, escandalosamente, nunca foi aplicado".

É completa que "os efeitos do congelamento de rendas português, que não encontra paralelo à escala mundial, com mais de um século

de existência, são muito mais extensos do que o número de contratos de arrendamento em causa, que são cada vez menos, a cada prorrogação de prazos de transição promovida pelo Governo. A instabilidade resultante da sucessiva quebra de compromissos assumidos em forma de Lei, fere irreparavelmente a confiança dos proprietários de imóveis no Estado de Direito e nas Leis da República".

Associações do imobiliário pedem uma data definitiva.

Surpresa e preocupação

Numa reação conjunta, a APPII e a APEMIP manifestaram a sua "surpresa e preocupação" face a esta notícia, que pode representar a terceira extensão do prazo de transição, uma situação que "não é benéfica nem para proprietários nem para inquilinos. Os primeiros veem-se privados de usufruir de um bem que é seu por direito e de investir na sua requalificação. Os inquilinos continuam a viver muitas vezes em habitações que já apresentam algumas limitações no seu estado de conservação e, pela sua situação económica, não podem assumir os encargos inerentes a eventuais obras urgentes vivendo assim em condições pouco dignas", lembram. "Urge por isso que o Governo, caso entenda prosseguir este ímpeto, que o faça de forma responsável, estabelecendo uma data definitiva, não sujeita a mais nenhuma prorrogação, clarificando de uma vez por todas para bem de todos esta questão", pode ler-se no comunicado.

As associações alertam para o impacto da instabilidade legislativa e fiscal, que "afasta investidores e prejudica a reputação de Portugal" e que, neste caso, "transformam o mercado de arrendamento numa atividade de alto risco".

Hugo Santos Ferreira, Presidente da APPII, comenta que "passados quase 50 anos da instauração do regime democrático em Portugal, o Estado português ainda não foi capaz de resolver, através dos sucessivos governos, uma das maiores injustiças do nosso País em que o Estado se demite das suas funções sociais e delega nos proprietários a execução de uma política de Habitação que promova um mercado de arrendamento livre e justo".



Por seu turno, Paulo Caiado, Presidente da APEMIP, destaca que "é preciso que o Estado português implemente uma solução digna e definitiva, que respeite não só os proprietários de imóveis, como também os inquilinos. O possível novo alargamento do prazo do período transitório prejudica a confiança dos proprietários de imóveis no Estado, pois são novamente prejudicados e apanhados desprevenidos. Além disso, também não considera as condições de habitabilidade dos inquilinos, uma vez que os senhorios não têm capacidade financeira para fazer obras de conservação e requalificação de imóveis. Adiar não é solução".

Se a medida for avante, pode funcionar como um travão à iniciativa privada, dizem as associações

Impacto muito negativo

Já a Associação das Empresas de Consultoria e Avaliação Imobiliária - ACAI manifestou a sua "profunda preocupação" com a recente notícia sobre a possibilidade de o Governo voltar a adiar o fim do congelamento das rendas dos con-

tratos anteriores a 1990, cujo período de transição já passou de cinco para os atuais 10 anos.

A associação considera que "esta medida terá um impacto muito negativo no ciclo virtuoso de captação de investimento imobiliário, que, na última década, foi o motor da reabilitação e regeneração das cidades portuguesas e, de forma, mais ampla, um importante impulsionador da recuperação económica pós-Troika".

Lembra o papel do mercado imobiliário enquanto "um dos mais importantes catalisadores do interesse internacional" no país, "em grande parte devido às alterações ao NRAU implementadas em 2012. Foi com o então descongelamento de rendas tão defendido pela indústria que o imobiliário nacional descolou internacionalmente, atingindo níveis de captação de investimento nunca vistos e capital de países que anteriormente não olhavam para o nosso país".

Se a medida for avante, a ACAI considera que será um "travão à iniciativa privada para o lançamento de um mercado de arrendamento residencial com escala. É de consenso geral que uma solução para um mercado de habitação mais acessível em Portugal terá que passar pela criação ampla de oferta nova de arrendamento. Sendo claro que cabe ao Estado assumir a função social no acesso dos mais desprotegidos à habitação e que essa situação terá que ser garantida, a verdade é que a criação de oferta para arrendamento terá que envolver obrigatoriamente o investimento privado e para que isso aconteça há que criar condições".

"Avançar com esta nova medida irá, pelo contrário, criar um novo alarme junto dos investidores, aumentando a sua perceção de risco relativamente ao mercado de arrendamento e também relativamente ao próprio país, onde a instabilidade legislativa e fiscal é um forte handicap, pode ainda ler-se em comunicado.

É conclui: "Esta medida, poderá ter um impacto muito negativo na reputação de Portugal, afastar os investidores e quebrar o ciclo virtuoso de recuperação económica potenciada pelo setor imobiliário. Mais importante, além destas questões, irá deixar por resolver o problema da habitação que persiste para tantos portugueses e interromper o movimento na regeneração das cidades".



ANO LETIVO 2021/2022

Escolas à espera de funcionários

CARÊNCIA ➔ Concursos para contratar não docentes estão a decorrer



Pandemia obrigou à contratação de mais funcionários não docentes

EDGAR NASCIMENTO

Tardam em chegar às escolas os prometidos 3 mil funcionários não docentes. A menos de uma semana do arranque das atividades letivas (as aulas começam entre os dias 14 e 17), há escolas que ainda têm falta de funcionários. “Nos municípios onde há delegação de competências nesta área, houve renovação de contratos, mas há casos em que os concursos continuam a decorrer e há carência de funcionários”, ex-

plica ao **CM** David Sousa, vice-presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas.

Para colmatar as falhas e garantir condições para o início de ano letivo dentro da normalidade, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares autorizou as escolas cujos concursos para a admissão de não docentes ainda estão a decorrer a

PORMENORES

Acusação em Coimbra

O Sindicato de Todos os Professores acusou a Câmara de Coimbra de dispensar 15 funcionários de escolas que deveriam entrar para os quadros. A autarquia diz que estava legalmente impedida de o fazer.

5,6 milhões de vouchers

O Ministério da Educação anunciou que já foram atribuídos 5,6 milhões de vouchers para manuais escolares gratuitos.

País tem 12,3 alunos por professor no 1º ciclo

Em 2019, Portugal tinha, em média, 12,3 alunos por professor no 1º ciclo, uma descida face a 2018 (12,4). Segundo o Eurostat, o rácio da União Europeia registou um número médio de alunos por professor no 1º ciclo de 13,5.

ESCOLAS AUTORIZADAS A MANTER OS CONTRATADOS POR MAIS SEIS MESES

manter os contratados por mais 6 meses. A medida afeta cerca de 1500 assistentes operacionais, que foram contratados a termo para reforçar o combate à pandemia. “Estes funcionários foram um bom reforço, mas continuamos a ter problemas na substituição de pessoas, por aposentação, doença e outros casos. Há sempre situações deficitárias”, alerta David Sousa.



QUARTA-FEIRA 08/09/2021 | DIÁRIO | € 1,30 (C/IVA)



www.cmjornal.pt

CORREIO

da manhã

DIRETOR: CARLOS RODRIGUES
DIRETORES-ADJUNTOS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA, ALFREDO LEITE, PAULO JOÃO SANTOS E PAULO OLIVEIRA LIMA

SÓ CDS ESTÁ CONTRA

LUZ VERDE PARA 2 NOVOS ESCALÕES DO IRS

P.28

CM REVELA O QUE DISSE O SUSPEITO DE TERRORISMO AO SEF

PARLAMENTO FISCALIZAÇÃO DAS SECRETAS PEDE EXPLICAÇÕES SOBRE TROCA DE INFORMAÇÕES P.4 E 5

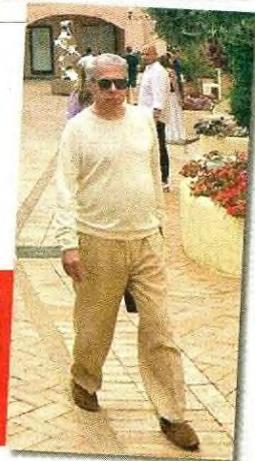
VIDAS P.41 A 45

PIPOCA MAIS DOCE TEM NOVO AMOR

“Quero levar as coisas com calma.” Saiba quem é

OPERAÇÃO MARQUÊS

SAÚDE MENTAL DE SALGADO SEM PERÍCIA



TRIBUNAL RECUSA EXAME NEUROLÓGICO

➤ **EX-LÍDER** do BES alega que tem diagnóstico preliminar de Alzheimer

➤ **PEDRO PASSOS COELHO** no rol das testemunhas da defesa P.27

AZERBAIJÃO 0 | 3 PORTUGAL

EMBALADOS PARA O QATAR P.33

ELEIÇÕES NA LUZ P.12 E 13

RUI COSTA PROTEGE VIEIRA

EX-LÍDER DO BENFICA GARANTE: “NÃO PASSEI FÉRIAS NEM ALMOCEI COM PINTO DA COSTA”

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS P.24 E 25

AUGUSTO SANTOS SILVA ESCRIVE NO CM SOBRE OS 20 ANOS DO 11 DE SETEMBRO

LIVROS CM TV

DESCUBRA OS TRÊS SALAZARES DE FERNANDO PESSOA

13€

À VENDA NAS BANCAS E LIVRARIAS.

RONALDO CUMPRE ORDEM DA CÂMARA

MARQUISE JÁ FOI DESMONTADA

Água esverdeada da piscina mostra desinvestimento na propriedade P.8 E 9

IVAUCHER P.6 E 7

260 mil contribuintes vão ter descontos

ALERTA NA EDUCAÇÃO P.23

Escolas esperam 3 mil auxiliares

10% DOS PROFISSIONAIS P.19

Covid-19 infetou 7928 enfermeiros

Precisa de dinheiro?

Confieça a Venda com Opção de Compra!

Venda a seu ouro e volte a comprar, pagando a até 24 suaves prestações.

VOCÊ 24

Venda com opção de compra

Valores 808 258 737

COMPRAMOS OURO

**PEDRO CASTRO E ALMEIDA
SAEM 400 FUNCIONÁRIOS**

Q O Santander Totta acordou a saída com mais de 400 trabalhadores. O processo ainda não está fechado: 230 funcionários, com os quais não foi possível chegar a acordo, poderão ser abrangidos por despedimento.

**TRANSTEJO****GREVE DE TRÊS DIAS**

Os trabalhadores da Transtejo apresentaram ontem um pré-aviso de greve parcial de três horas por turno para os dias 21, 22 e 23 de setembro, por falta de entendimento com a administração quanto à atualização salarial.

**MAIS&MENOS****BANCA****AMEAÇA DE GREVE**

Seis sindicatos do setor bancário ameaçaram ontem avançar com uma greve conjunta, a realizar ainda em setembro, se não forem travados os despedimentos coletivos no Santander e no BCP. As estruturas que representam os trabalhadores pediram uma reunião "com caráter de urgência" às comissões executivas. ●

PIB NACIONAL**2ª MAIOR SUBIDA**

Portugal registou a segunda maior subida do PIB em cadeia, a nível europeu, no segundo trimestre, de acordo com os dados revelados ontem pelo Eurostat. O PIB ajustado sazonalmente aumentou 2,2% na zona euro e 2,1% na UE no segundo trimestre de 2021. Já em Portugal, a subida foi de 4,9%, batida apenas pela Irlanda. ●



ID: 94778718

08-09-2021



EDITORIAL

Rosália Amorim

Diretora do Diário de Notícias

Uma sucessão, uma narrativa, um país

O que mais preocupa os portugueses neste momento é, certamente, a economia. Mais do que a sucessão na liderança do Partido Socialista, o tabu é se Costa fica ou não fica ou se vai ocupar um cargo internacional a partir de 2023, os cidadãos querem saber se vamos sair deste marasmo, deste esperar para ver.

Apesar das muitas perguntas sobre os temas da política, naturalmente exigidas, desta vez a economia sobressai na entrevista do primeiro-ministro, António Costa, esta segunda-feira à TVI. Não que o resto não o preocupe, mas não parece que lhe tire o sono. Costa sabe bem desviar as atenções dos temas que não lhe interessam. E apesar das muitas vozes do PSD terem engrossado o tom nas últimas semanas, pas-

sando mensagem da sua saída em 2023, Costa não cedeu na entrevista. E estará o líder do PS mesmo de saída? Ou será, antes, o partido social-democrata a criar uma narrativa que lhe seria tão conveniente?

Costa é hábil e não se vislumbra nele um pingo de suor, uma hesitação que seja na resposta ao tema. Sei do que falo quando já em início de maio coloquei o tema em cima da mesa, no final de uma entrevista, ladeada pelos meus camaradas do JN e da TSE.

O PSD não vai trilhar um caminho fácil até fazer vingar esta narrativa. E antes de apontar todas as baterias ao exterior, deveria guardar algumas munições e as energias para as aplicar no seu interior, dando coesão a um partido há muito fragmentado entre os vários clãs e barões.

Voltando à entrevista, Costa segurou-se nas pastas económicas, puxando pelos gâzões da gestão da pandemia. O *lay-off* foi naturalmente referido, como uma das medidas que permitiu segurar os postos de trabalho e fazer um brilharete político. Mas vai o país conseguir manter o atual nível de emprego? E não estará o governo a cair na tentação de vir a tornar demasiado rígido o mercado laboral, a té por pressão do Bloco de Esquerda e do PCP, numa altura em que as empresas precisam de 'alguma flexibilidade para dar a volta por cima'? Pelo menos, é o que os empresários e gestores vão dizendo aqui e ali, em jeito de desabafo.

Se é verdade, como diz Costa, que as causas desta crise não são estruturais mas conjunturais, o tecido empresarial do país continua frágil e a sentir-se preso por arames.

No palco televisivo o governante deu ainda destaque às famílias e, claro, aos parceiros de esquerda – já preparando terreno para a negociação do Orçamento do Estado –, ao afirmar que "está a fazer um trabalho muito sério" para alterar os escalões de IRS. Assim admite o alívio para rendimentos entre os 10 mil e os 20 mil euros ou entre 36 mil e 80 mil euros por ano. Seja como for, está dito e prometido "estudar a possibilidade de no Orçamento do Estado para 2022 haver mais um desdobramento dos escalões de IRS".

Uma nota final para dar os parabéns a uma personalidade da sociedade portuguesa, um senador que dá ao *Diário de Notícias* a honra de ser seu colunista, e que esta semana completou 99 anos: Adriano Moreira.



Sindicato acusa Câmara de dispensas

COIMBRA O Sindicato de Todos os Professores (STOP) acusou a Câmara de Coimbra de dispensar 15 funcionários de escolas do concelho que deveriam entrar para os quadros mas a autarquia garante que estava legalmente impedida de o fazer. “Estes profissionais estavam na iminência de entrar para os quadros e agora estão a ser descartados e a ser substituídos por outros”, afirmou o coordenador nacional do STOP, André Pestana.



Banca. Sindicatos querem reuniões



Os sete sindicatos do setor bancário reuniram-se e vão solicitar, com caráter de urgência, uma reunião às comissões executivas do BCP e Santander Totta. Em causa estão os despedimentos coletivos anunciados pelos dois bancos. Em cima da mesa está uma possível greve conjunta. *Miguel Silva*



Cortes de luz e de gás proibidos

PORTUGAL Os cortes de luz e gás estão proibidos até ao final do ano apenas para casos excecionais. A garantia é da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) que considera que se mantém uma "situação de exceção" por causa da pandemia mas apenas em situações de desemprego, quebra de rendimentos do agregado familiar igual ou superior a 20 % ou por infeção pela doença covid-19.



285 milhões para dar um “choque na formação”

Assinados contratos
para a requalificação
profissional de adultos

PRR A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, quer dar “um choque na formação profissional”. Para o efeito, foram assinados, ontem, contratos visando os centros de formação profissional e o “Acelerador Qualifica”, no valor de 285 milhões de euros, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Desses 285 milhões de euros, 230 milhões destinam-se à criação de sete novos centros de formação profissional (81,7 milhões de euros) e à requalificação dos 55 atualmente existentes (148 milhões de euros).

O objetivo, segundo Ana Mendes Godinho, é ter mais de 60 mil pessoas por ano em formação, chegando-se a 2025 com o patamar de 100 mil, em áreas como a transição digital (34 milhões de euros), modernização da indústria (33 milhões de euros), ambiente e energias renováveis (sete milhões de euros), bem como saúde e setor social (3,4 milhões de euros).

MAIS ESCOLARIDADE

Também foram assinados contratos para o “Acelerador Qualifica”, que visam aumentar a formação escolar dos adultos. A meta é ter mais de 100 mil, em 2025, com certificação de competências. Para tal, serão gastos 55 milhões de euros.

O programa abrange adultos que pretendam aumentar o nível de escolaridade, obrigando a uma formação mínima de 50 horas e concedendo um apoio de 548 euros mensais por pessoa.

“Investir nas qualificações é absolutamente central”, disse o primeiro-ministro, António Costa, apontando que há atividades que forçosamente irão acabar: “Não podemos manter centrais a carvão. Mas quem lá trabalha terá que ter oportunidade de se qualificar”. ● H.C.



Têxtil histórica de Guimarães vendida por 3,5 milhões

António de Almeida & Filhos nas mãos do empresário Domingos de Almeida permite salvar 207 empregos

Delfim Machado

bocais@jn.pt

SOLUÇÃO Os credores da fábrica têxtil António de Almeida & Filhos, que está em insolvência, aprovaram ontem a venda da empresa de Moreira de Cónegos por 3,5 milhões de euros. O comprador é Domingos Almeida, dono da Têxteis DA, que assume hoje a gestão.

A Assembleia de Credores realizada no Tribunal de Guimarães teve a presença de 88,7% dos credores da António de Almeida & Filhos. Destes, 99,85% votaram favoravelmente a transmissão dos bens da empresa, incluindo os 207 trabalhadores que permanecem ao serviço. Houve um voto contra de um trabalhador e ainda as abstenções do Ministério Público e de três funcionários.

O comprador, dono da Têxteis DA, de Lordelo, Guimarães, assume hoje a gestão da empresa, embora de forma precária, até à realização da escritura de compra e venda. Terá, no imediato, de injetar cerca de um

milhão de euros na empresa para que possa ser possível comprar matéria prima e corresponder aos mais de cinco milhões de euros de encomendas que a fábrica tem até ao final deste ano.

“É uma grande decisão e os trabalhadores da António de Almeida & Filhos acabaram de ganhar um pa-

trão. Esperemos sinceramente que esta empresa com cerca de 65 anos de vida retome rapidamente os caminhos daquilo que foi o passado recente. É um ciclo que termina”, disse Francisco Vieira, coordenador do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes.

O administrador de insolvência, Bruno Costa Pereira, entende que este resultado “é o que salvaguarda os postos de trabalho e o interesse de todos os credores”. Ele, que assumiu a empresa com a laboração quase parada e sem matéria prima, conseguiu desenvolver esforços para manter a fábrica a laborar, assegurando o pagamento dos salários de julho e agosto, mais o subsídio de férias.

A António de Almeida & Filhos era a última fábrica têxtil do grupo Moretextile, que detinha também a Coelima e a JMA Felpos. A Coelima está em processo de venda por 3,6 milhões de euros após insolvência. A JMA Felpos foi vendida por cerca de quatro milhões de euros numa transação privada. ●

NEGÓCIOS

Coelima no dia 13

A escritura de compra e venda da Coelima, “irmã” da António de Almeida & Filhos, está agendada para 13. O comprador é Dâmaso Lobo, dono da têxtil Maberá.



milhões de euros foi quanto rendeu a venda das três têxteis do grupo Moretextile: Coelima (3,6 milhões), JMA (4) e António de Almeida & Filhos (3,5).



Trabalhadores da António de Almeida & Filhos já podem respirar de alívio



Sindicatos da Banca avançam com greve contra despedimentos

DECISÃO Os sindicatos do setor bancário vão marcar uma greve conjunta ainda em setembro, caso o BCP e o Santander Totta mantiveram a intenção de fazer despedimentos. O Santander Totta informou, ontem, que já acordou a saída com mais de 400 trabalhadores e que o processo ainda não está fechado, ou seja, os 230 funcionários com os quais não chegou a acordo poderão ser despedidos.

**BANCA****AMEAÇA DE GREVE
SOBE DE TOM**

Os sindicatos representativos do setor bancário anunciaram ontem, em comunicado, que marcarão uma greve conjunta ainda durante este mês de setembro se BCP e Santander Totta mantiveram a intenção de fazer despedimentos. ■



MERCADO DE TRABALHO

Segundos empregos recuperam com desconfinamento

Número de portugueses com mais do que uma fonte de rendimento voltou a aumentar face à queda registada no ano passado, quando a pandemia chegou a Portugal. Reabertura dos setores mais afetados durante o verão pode explicar.

PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt

O número de trabalhadores que têm mais do que um emprego voltou a aumentar no segundo trimestre deste ano, depois da queda acentuada registada no ano passado, com o início da pandemia e o primeiro confinamento geral que encerrou grande parte da economia.

O combate à crise sanitária levou ao encerramento de muitos estabelecimentos e atividades, sobretudo ligadas à restauração, alojamento e retalho, numa tentativa de restringir os contactos físicos.

Os valores trimestrais analisados pelo Negócios com base nos dados do inquérito ao emprego do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes aos meses de abril a junho mostram que mais de 238 mil pessoas tinham, pelo menos, um segundo emprego, que o gabinete de estatística define como uma "atividade exercida pelo indivíduo, além da atividade principal". Trata-se de um aumento de 56% face ao mesmo período de 2020.

De lembrar, contudo, que o primeiro confinamento geral da população vigorou no segundo trimestre do ano passado. O país só começou a desconfinar em maio com a aplicação faseada das medidas de reabertura da economia.

Os dados do segundo trimestre representam uma recuperação expressiva, mas mesmo assim ainda está abaixo dos valores de 2019, quando a economia



Pedro Catarino

Serviços são o setor que concentra maior número de segundos empregos.

mostrava fortes sinais de expansão. Em termos da população empregada, a proporção de trabalhadores com mais do que uma fonte de rendimento representa 5% do universo de 4,8 milhões de pessoas.

No trimestre do primeiro confinamento geral que abarcou os meses de abril a junho, o Produto Interno Bruto (PIB) sofreu uma contração de 16,4% face ao segundo trimestre de 2019. No

mesmo período deste ano, registou uma expansão de 15,5%.

Serviços dominam

Os trabalhadores que exercem a principal atividade nos serviços são os que mais recorrem a um segundo emprego para compor o rendimento ao final do mês. De acordo com os dados do INE, 189 mil pessoas que tinham mais do que uma atividade provêm daquele setor de atividade. Mas também trabalham

REABERTURA DA ECONOMIA REATIVA SEGUNDOS EMPREGOS

População empregada com atividade secundária (em milhares) e taxa de variação homóloga (%)

O número de trabalhadores com mais do que um emprego atingiu o valor máximo da atual série do INE em 2011. Só em 2019 se aproximou daquela cifra, mas a pandemia acabou por arrasar estas segundas fontes de rendimento.



238,5

SEGUNDO EMPREGO
No segundo trimestre deste ano, mais de 238 mil pessoas exerciam uma atividade secundária.

85%

SETOR DOS SERVIÇOS
A esmagadora maioria tinha um segundo emprego nos serviços, que inclui o alojamento ou a restauração.

na agricultura (6,9 mil) e na indústria e construção (6,1 mil).

O contrário também se verifica, com trabalhadores do setor da indústria e construção que têm uma segunda atividade nos serviços: mais de 21,5 mil, de acordo com os dados do INE.

A variação de trabalhadores com segundos empregos está relacionada com a sazonalidade das atividades e mais uma vez a oscilação é maior no setor dos serviços.

É neste setor dos serviços – em que se inclui o alojamento, restauração e retalho – que se verifica também maior prevalência de contratos precários que rapidamente desaparecem quando emerge uma crise. Os cálculos do Negócios mostram que a população empregada com contrato a termo ainda está 18% abaixo face ao segundo trimestre de 2019. Face ao mesmo período do ano passado, já se nota uma recuperação de 4%. ■

negócios

Quarta-feira, 8 de setembro de 2021 | Diário | Ano XVIII | N.º 4575 | € 2,70
Diretora Diana Ramos | Diretor adjunto Celso Filipe

M. DE FÁTIMA CARIOCA
Afganistão: para quando a reconstrução?
OPINIÃO 25



DARON ACEMOGLU
A União Europeia tem de expulsar a Hungria
OPINIÃO 26



IRS

Mudança nos escalões abrange 45% do imposto cobrado

Descidas na tributação vão ser direcionadas para beneficiar as famílias que asseguram o maior volume da receita de IRS.

ECONOMIA 10 e 11

Galp foi às compras para expandir rede de carregadores

Petrolífera adquiriu a Mobiletric.

EMPRESAS 16

Só 600 comerciantes aderiram ao IVAucher
EMPRESAS 14 e 15
Image of a hand using a card reader

BASF
We create chemistry

Trabalho
Segundos empregos recuperam com retoma
ECONOMIA 12

Finanças verdes
Fundos ESG na mira dos reguladores mundiais
MERCADOS 20 e 21

2021 3ª EDIÇÃO
UMA ÁRVORE PELA FLORESTA
ctt
Image of a tree-shaped poster

SÉRIE 5 DIAS

OS ATAQUES TERRORISTAS DE 11 SETEMBRO DE 2001

O dia em que a aviação embarcou numa rota securitária

Banca ficou mais segura, mas mais pesada e cara

O atentado que obrigou Wall Street a fechar portas



Têxtil António Almeida & Filhos foi vendida por 3,5 milhões de euros

Luísa Pinto

Credores votaram quase todos pela alienação da empresa ao grupo têxtil Domingos Almeida

Com apenas três abstenções e uma votação favorável expressiva (99,85% dos votos), a assembleia de credores da têxtil António Almeida & Filhos, de Moreira de Cónegos, Guimarães, aprovou ontem a venda da empresa por 3,5 milhões de euros. O comprador é um empresário têxtil do mesmo município, dono do grupo Domingos Almeida, que ofereceu uma verba de 3,511 milhões de euros para ficar com todos os activos da empresa. E que assegura

a continuidade da produção e a manutenção dos postos de trabalho a cerca de duas centenas de trabalhadores.

A informação foi dada ao PÚBLICO pelo representante judicial do Sindicato Têxtil de Braga, que sublinhou o facto de a continuidade da empresa estar assegurada.

A António Almeida & Filhos foi declarada insolvente no passado dia 14 de Julho, com um passivo superior a 23 milhões de euros. A empresa têxtil foi fundada há 65 anos e é detida por bancos, através do Fundo de Recuperação.

Foi o este fundo que decidiu declarar a insolvência não apenas da António Almeida & Filhos, mas de mais três empresas do mesmo universo: a Moretextile, que tem 25 trabalhado-

res, e que geria o grupo de três empresas do FR (AAF, Coelima e JMA Felpos); a unidade de co-geração, gerida por uma empresa específica (com três trabalhadores); e a Moretextile SP ACE, uma empresa de serviços partilhados que trabalhava para todo o universo Moretextile.

Na assembleia de credores que decorreu ontem de manhã, a primeira votação serviu para autorizar esta venda em conjunto. A segunda serviu para ratificar a venda à proposta apre-

sentada pelo dono do grupo têxtil Domingos Almeida, que ofereceu 3,5 milhões de euros.

Tal como o PÚBLICO noticiou, o administrador de insolvência nomeado, Bruno Costa Pereira, tinha fixado o valor mínimo de três milhões de euros para a venda da empresa. Por terra ficou, então, a proposta de um euro que foi apresentada pelo dono da Mabera – o industrial que comprou a Coelima, também em processo de insolvência.

As fontes ouvidas pelo PÚBLICO indicaram que também uma terceira proposta, apresentada pela empresa J. Ferreira de Almeida, que oferecia 3,1 milhões de euros pela empresa, mas propunha o pagamento em quatro prestações e não a pronto, acabou por ser retirada.



Comprador assegura a continuidade da produção e a manutenção de todos os 200 empregos



Seis sindicatos bancários admitem greve conjunta

Rosa Soares

Seis dos sete sindicatos do sector bancário admitem avançar para a greve, ainda em Setembro, se o BCP e o Santander não recuarem na ameaça de despedimentos colectivos. Em reunião ontem realizada, SNQTB, Mais Sindicato, SBN, SIB, SBC, e SinTAF “decidiram solicitar, com carácter de urgência, uma reunião às comissões executivas do BCP e BST [Banco Santander Totta], tendo como pano de fundo os processos de reestruturação em curso”.

Na reunião desta terça-feira também participou o sétimo sindicato do sector, o STEC – Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD, que se manifestou solidário com a possibilidade de marcação de greve conjunta, mas como se trata de um sindicato de empresa, exclusivamente do universo Caixa, não pode participar numa possível greve noutros bancos.

Em comunicado, as estruturas sindicais adiantam que “vão exigir o fim imediato de qualquer intenção de despedimento colectivo ou de figuras análogas. Se esta exigência não for atendida, estes sindicatos irão declarar uma greve conjunta [no BCP e no Santander], a realizar ainda no corrente mês de Setembro”.

No encontro, as estruturas sindicais analisaram a situação dos trabalhadores bancários, “em particular, sobre as situações específicas do Banco Santander Totta, Banco Comercial Português, Caixa Geral de Depósitos, Montepio Geral e Parvalorem [ex-trabalhadores do BPN]”.

Recorde-se que o Santander anunciou recentemente ter desencadeado o processo para o despedimento colectivo de 350 trabalhadores que não aceitaram, de um universo de 685, as propostas de saída. A redução do número de trabalhadores neste banco, ao longo de 2021, deverá superar os mil, como admitiu o seu presidente, no Parlamento.

No caso do BCP, a possibilidade de despedimento colectivo, de acordo com informação recente da instituição, pode abranger cerca de 100 trabalhadores que não aceitaram a rescisão voluntária. O processo em curso pretende reduzir entre 800 e mil postos de trabalho.

O Sindicato Nacional dos Quadros Técnicos Bancários (SNQTB) já tinha convocado um dia de greve para cada uma das instituições: no Santander para o próximo dia 13, e no BCP para 17 – datas que poderão ser alteradas no caso de greve dos seis sindicatos.



Política Governo quer desdobrar escalões do IRS

Mais escalões no IRS geram consenso à esquerda e agradam ao PSD

As alterações aos escalões do IRS anunciadas pelo Governo ainda não são conhecidas em detalhe, mas as primeiras reacções mostram que a proposta deverá ser acolhida com uma confortável maioria

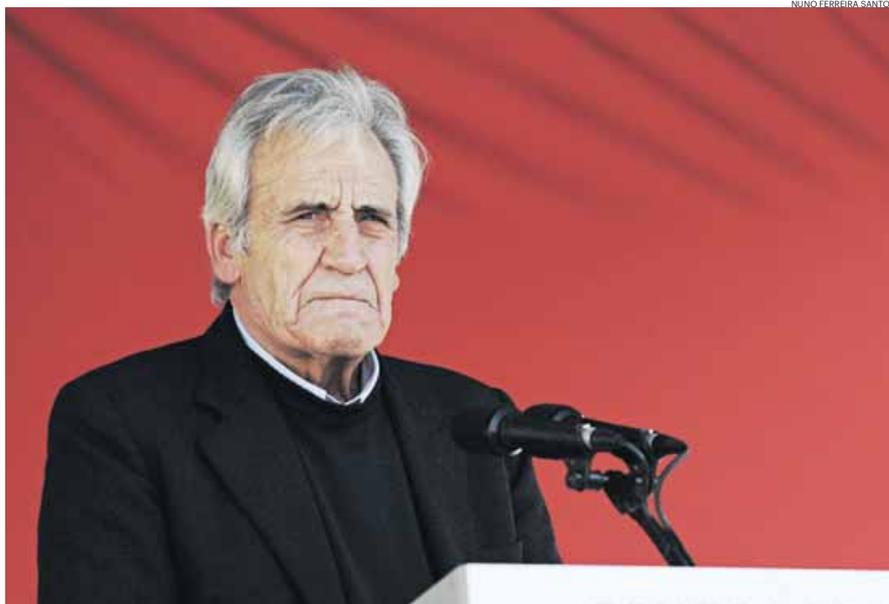
Liliana Borges

O anúncio feito pelo primeiro-ministro sobre o “trabalho muito sério” que está a ser feito para concretizar a promessa de desdobramento dos escalões do IRS foi bem recebido pelos parceiros de negociação orçamental (e até pelo PSD). O aumento do número de escalões era uma das medidas do programa do executivo socialista (e do Programa de Estabilidade), mas a crise trazida pela pandemia “obrigou” o Governo a reajustar e a substituir esse objectivo pela descida da retenção na fonte. Agora, António Costa traz a revisão fiscal para a mesa de negociações orçamentais e acrescenta mais um ponto de possível entendimento ao pacote de prioridades assinaladas pelos parceiros, isto depois de, no último orçamento, o PS ter chumbado as propostas apresentadas pelo PCP e pelo PAN.

Depois de em Agosto ter aberto a porta às alterações no IRS – ainda que com um discurso prudente: “como e se” –, o primeiro-ministro deu agora um passo em frente e concretizou essa intenção, identificando os dois escalões que o Governo prevê desdobrar no próximo Orçamento do Estado: o 3.º (que corresponde a rendimentos colectáveis entre os 10 mil e 20 mil euros) e o 6.º (onde se inserem os rendimentos colectáveis entre os 36 mil euros e os 80 mil euros). Actualmente, os rendimentos pertencentes ao 3.º escalão pagam uma taxa de IRS que chega a 28,5%, enquanto os rendimentos do 6.º escalão pagam uma taxa de IRS que ascende a 45%.

Do BE ao PSD, os partidos dão sinais de acolhimento da proposta, mas têm ideias diferentes sobre como a medida se deverá concretizar. Enquanto PCP, BE e PEV defendem a reposição dos dez escalões de IRS, o PAN propõe o ajuste do IRS em quatro escalões, através da redução das taxas aplicadas sobre o rendimento colectável. E até agora só o PAN revelou qual a proposta que deverá voltar a apresentar.

Já o PSD – que em ano pandémico também chumbou as propostas apresentadas na especialidade pelo PCP e pelo PAN – mostra-se disponível para apoiar “tudo aquilo que possam ser propostas de redução da carga fiscal, que baixem aquilo que os portugueses têm de pagar de impostos”.



Jerónimo vê com bons olhos a revisão dos escalões do IRS pretendida pelo Governo, uma medida que também deve merecer a concordância de Rui Rio

Bloco de Esquerda salienta que revisão dos escalões do IRS já vem com “dois anos de atraso”

Opinião diferente tem o líder do CDS, Francisco Rodrigues dos Santos, que defende precisamente o oposto: menos escalões de IRS e com taxas mais reduzidas. Enquanto a esquerda lamenta que a medida anunciada pelo primeiro-ministro seja “pouco ambiciosa”, o centrista considera que a proposta que está a ser trabalhada só resultará no Estado a roubar “mais dinheiro às pessoas”.

A alteração ao IRS não faz parte das prioridades que têm sido assinaladas pelo BE para esta negociação, mas está em linha com a reposição do número de escalões defendida pelo partido. “Que o Governo vá

dizer que cumpra o seu programa parece-me o mínimo, normal e desejável em democracia”, resume Catarina Martins, lamentando os “dois anos de atraso”.

PCP fala em “boa referência”

Para o PCP, as intenções do Governo são “uma boa referência para conseguir mais justiça fiscal” e “qualquer avanço é sempre positivo”, resume Jerónimo de Sousa. No entanto, o líder comunista avisa que “é fundamental que uma verdadeira política fiscal tenha em conta os rendimentos mais baixos e os rendimentos intermédios”.

“Em relação ao alargamento de escalões, nós estamos de acordo. Creio que a proposta não contempla aquilo que existia e que o Governo PSD-CDS reduziu drasticamente e, nesse sentido, o alargamento dos escalões deve ser de facto feito com base nesse princípio fundamental de uma visão de justiça fiscal que atenda aos menores rendimentos e mesmo aos rendimentos intermédios”, insistiu Jerónimo de Sousa.

No último Orçamento do Estado, o PCP propôs o aumento de sete para oito escalões, mas já aí admitia que a intenção seria “alcançar a reposição dos dez escalões que existiam antes das alterações ao IRS realiza-

das pelo Governo PSD-CDS”. Na votação na especialidade, a proposta comunista contou apenas com os votos a favor da bancada do PCP e do BE, tendo sido chumbada com os votos contra do PS, PSD, CDS, PAN, CH, IL.

Paralelamente à criação de mais um escalão, o PCP também propôs a actualização do limite inferior do 7.º escalão para 81.448 euros (e não 80.882 euros) e uma taxa média de 46,30%. Ainda nesse pacote de medidas, os comunistas propuseram também o alargamento do mínimo de existência através de uma alteração do respectivo cálculo para garantir que os rendimentos mais baixos obtinham um alívio fiscal significativo. A proposta foi também rejeitada.

PAN “mais ambicioso”

Ao PÚBLICO, Inês Sousa Real destaca que a proposta do PAN é “mais ambiciosa”, uma vez que propõe não apenas alterar dois escalões, mas todos os escalões situados entre o 3.º e o 6.º (incluindo o 4.º e 5.º escalões). A porta-voz do partido sublinha que a proposta do PAN chegaria a 54% da população tributada, na qual existe uma incidência de 72% do valor do imposto. A proposta que o partido levará às negociações deste Orçamento não deve ser muito diferente da proposta orçamental apresentada para o OE2021, estando apenas por definir “eventuais ajustes percentuais em função dos rendimentos”, explicou Inês Sousa Real. No último OE, a proposta do PAN foi chumbada com os votos contra do PS, PSD, BE, PCP e com a abstenção do CDS, CH e IL.

Ainda que não tenha nenhuma proposta em concreto, o PEV tem defendido nos últimos anos a reposição do número de escalões. “É uma aproximação ao que o PEV tem defendido”, assinalou José Luís Ferreira, porta-voz do partido, em declarações ao PÚBLICO, sobre a intenção do Governo. “Estamos a falar de escalões que têm uma baliza muito larga de rendimentos”, notou o ecologista, para quem a proposta deveria ir “mais longe”. José Luís Ferreira elogiou também a extensão do IRS Jovem, um imposto sobre o rendimento mais baixo aos jovens que acabam de chegar ao mercado laboral depois de terminarem os estudos do secundário ou do ensino superior.



OE e autárquicas empatam temas quentes, mas eutanásia avança logo a seguir às eleições

Maria Lopes, Sofia Rodrigues

Parlamento retoma trabalhos na próxima semana, mas os *dossiers* polémicos só começam a ser discutidos em Outubro

O calendário da nova sessão legislativa, que arranca na quarta-feira, dia 15 de Setembro, vai estar condicionado pelas autárquicas e pela dedicação habitual ao Orçamento do Estado (OE) de 2022, o que levará ao atraso na conclusão de alguns temas quentes que ficaram pendentes. É o caso da legislação laboral e do teletrabalho, da extinção do SEF, da regulamentação do *lobbying*, do direito ao esquecimento, das Grandes Opções, da lei do clima, do alargamento do prazo de garantia dos bens. Outro *dossier* que foi ficando na gaveta depois do chumbo do Constitucional e do consequente veto do Presidente foi a eutanásia, mas esse deverá ser fechado logo no início de Outubro.

A primeira conferência de líderes após a pausa de férias, que se realiza hoje, definirá os temas dos três plenários da próxima semana e decidirá a suspensão dos trabalhos parlamentares na última semana de campanha eleitoral.

Para já, na semana em que o Parlamento reabre, os deputados vão ouvir a leitura dos dois vetos do Presidente da República sobre o acesso, pelo Ministério Público, a comunicações privadas (na Lei do Cibercrime), e às alterações ao Programa de Apoio à Economia Local – mas não é líquido que tentem superar já os obstáculos colocados pelo Tribunal Constitucional e por Marcelo Rebelo de Sousa. Podem fazê-lo mais tarde.

Quando o Parlamento reabrir, após as autárquicas, há apenas uma janela de duas semanas de trabalhos parlamentares antes de a proposta do OE para 2022 ser entregue. Mesmo com uma expectável turbulência gerada pelos resultados eleitorais, o PSD compromete-se a entregar o projecto de revisão constitucional, a dar atenção às alterações ao Código do Trabalho que estão na Concertação Social e irá apresentar mais propostas na área da justiça, segundo fonte da bancada parlamentar social-democrata. Após as autárquicas, o CDS também começará uma disputa interna, mas o líder do partido, Francisco Rodrigues dos Santos, já avançou que pretende pôr em cima da mesa várias propostas sobre natalidade.

Eutanásia em Outubro

Um dos primeiros temas quentes deverá subir a plenário logo na primeira quinzena de Outubro: a nova versão do texto da eutanásia para contornar o chumbo do Constitucional que, em Março, considerou “excessivamente indeterminado” o conceito de “lesão definitiva de gravidade extrema”. Depois de terem deixado o assunto na gaveta até Julho, PS, BE, PAN, PEV e IL conseguiram acertar a redacção no final de Julho e incluem agora na lei a definição desse conceito e também de outros usados como o de sofrimento ou de doença grave ou incurável.

Legislação laboral

No caso das alterações ao código laboral, os sociais-democratas querem evitar uma “flagelação aberta da esquerda radical” ao Código do Trabalho, que admitem precisar de ajustamentos às novas realidades como o teletrabalho, mas que consideram ser “um instrumento para criar condições de trabalho e de combate ao desemprego”. No final de Junho, o PS aprovou um projecto do PCP com um conjunto de medidas de combate à precariedade laboral como a limitação do número de contratos a prazo possíveis e o tempo do período experimental a que um trabalhador pode ser sujeito. Mas, duas semanas depois, o deputado socialista Nuno Sá disse ao PÚBLICO que não haverá mexidas no período experimental. No entanto, o PS tenciona dar gás à regulamentação do teletrabalho nas próximas semanas.

Extinção do SEF

Outro assunto que continuará a aquecer o debate político é a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a distribuição das suas competências pela GNR, PJ, PSP e Institutos dos Registos e Notariado, assim como a criação do Serviço de Estrangeiros e Asilo. Mas estão também na Comissão de Assuntos Constitucionais os projectos de lei do PSD, que propõe a mudança da natureza do SEF de serviço de segurança para força de segurança, e do BE, que visa a criação da Agência Portuguesa para a Migração e o Asilo, que baixaram sem votação.

Depois da contestação ao artigo 6.º da Carta dos Direitos Humanos Digitais, os partidos vão ter que se enten-



A Assembleia da República vai retomar os trabalhos

Corrupção debatida em duas comissões

O pacote de medidas de prevenção e combate à corrupção que foram aprovadas na generalidade ou que baixaram sem votação em Junho está repartido entre a Comissão de Assuntos Constitucionais e a de Transparência. Na primeira serão debatidas as alterações às molduras penais, o estatuto de arrependido e a protecção de denunciantes e até medidas como a revogação dos vistos *gold*. E a segunda vai tentar consensualizar textos sobre o combate ao enriquecimento injustificado e ocultação de riqueza,

assim como um alargamento das obrigações declarativas e de transparência para os cargos políticos e públicos. Na Comissão de Transparência está também o processo legislativo do *lobbying*, com propostas do CDS, PAN e PS. Os partidos vão tentar apresentar um texto conjunto para ultrapassar o impasse, uma vez que as propostas já foram entregues há cerca de ano e meio. Em matéria de organização judiciária, os partidos vão também ter que se entender no *dossier* da fusão do Tribunal Central de Instrução Criminal com o Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa e na forma como organizam os juizes e os megaprocessos.

der para corrigir o seu próprio erro: depois de chumbada a sua revogação, as propostas do PS e do PAN para clarificar o conceito de desinformação, as entidades verificadoras de factos e os selos de qualidade baixaram sem votação e serão debatidas na especialidade nos próximos meses.

Barrigas de aluguer

Outros *dossiers* que serão retomados lá para Dezembro ou Janeiro deverão ser os do regime da gestão de substituição que permitiria à gestante (a chamada “barriga de aluguer”) desistir da entrega do bebé até ao registo, mas que foi alvo de chumbo do TC, assim como o da inseminação *post-mortem*, vetada por Marcelo Rebelo de Sousa em Abril por causa das questões relacionadas com a herança e por haver uma aplicação retroactiva da lei. O BE e a IL também deverão querer voltar a discutir a legalização da *cannabis* para uso pessoal, que desceu sem votação.

Vítor Fernandes sob fogo

A nomeação de Vítor Fernandes para o Banco Português de Fomento está suspensa, mas a polémica pode ganhar outros contornos no Parlamento. O PAN e o Chega entregaram dois projectos de resolução em que reclamam ao Governo que retire a proposta de nomeação de Vítor Fernandes por causa das suas ligações ao ex-presidente do Benfca, Luís Filipe Vieira. Em causa está a “imagem” interna e externa da instituição e a possibilidade de “pôr em risco a importante missão na recuperação económica do país que lhe está atribuída”, segundo o texto do PAN. E o Chega refere-se não só às ligações a Vieira, mas também à sua associação “à tomada de poder do BCP”.

Grandes Opções esperam por novo OE

Depois de terem estado ameaçadas de chumbo por todos os partidos, incluindo os que ajudaram o PS a viabilizar o orçamento deste ano, as Grandes Opções ficaram na gaveta da Comissão de Orçamento e Finanças desde Abril e foram sendo alvo de pedidos de prorrogação da discussão na especialidade sem sequer serem debatidas. E ali vão ficar até receberem a nova versão actualizada, que entrará com a proposta do Orçamento do Estado para 2022, a 11 de Outubro.





Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Quarta-feira, 8 de Setembro de 2021 • Ano XXXII • n.º 11.457 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€

 <p>Público</p>	<p>20 anos do 11 de Setembro O erro americano que destruiu o Iraque Mundo, 18 a 21</p>	 <p>Novo programa União Europeia vai apoiar cidades que queiram ser neutras em carbono Local, 17</p> <p>Festival de Veneza Durante 36 anos a câmara de Jon Alpert foi cúmplice do crime e o resultado é <i>Life of Crime</i> Cultura, 28</p>
---	---	--

Quatro em cada cinco adolescentes já foram vacinados contra a covid-19

O ritmo de vacinação, com pelo menos uma dose, dos jovens dos 12 aos 17 anos acelerou. Nos mais velhos, a recusa vacinal é de 4% no grupo dos 20 anos, o dobro do registado na faixa etária dos 40 **Sociedade 14/15**



ANTONIO LACERDA/EPA

Brasil
Bolsonaro ataca a democracia: "Só Deus me tira de lá"

Destaque, 2 a 4

Manifestação de apoio a Jair Bolsonaro, ontem, no Rio de Janeiro. Protestos repetiram-se em várias cidades brasileiras

Do SEF à eutanásia
OE e autárquicas empatam temas quentes no Parlamento

Política, 11

Apelo à DGS
Peritos pedem orientações claras sobre o uso de máscara

Sociedade, 13

IVAucher
Obrigação de pagar com cartão bancário adia reembolsos

Economia, 25

Consultas
Encargos da ADSE e de beneficiários aumentam 35%

Economia, 23

Futebol
Portugal vence no Azerbaijão e acelera rumo ao Mundial 2022

Desporto, 36/37



CSM tem dois meses para decidir se juiz negacionista volta a exercer

Ana Henriques

Rui Fonseca e Castro insultou membros do Conselho. Suspensão preventiva de funções termina em Novembro

O Conselho Superior da Magistratura (CSM) tem cerca de dois meses para decidir se permite que o juiz negacionista Rui Fonseca e Castro volte a exercer. Caso não consiga fazê-lo, o polémico magistrado regressará ao Tribunal de Odemira, onde está suspenso preventivamente de funções desde Março, depois de ter interrompido um julgamento de um caso urgente de violência doméstica por o procurador e o funcionário judicial se terem recusado a tirar as máscaras na sala de audiências.

Tendo as suspensões disciplinares dos juízes uma duração máxima de seis meses prorrogáveis por mais dois, o prazo termina em meados de Novembro, sendo certo que o plenário dos conselheiros do CSM só se reúne uma vez por mês. Em cima da mesa está uma proposta de expulsão do magistrado, que trabalhou vários anos como advogado. Mas a chamada demissão só será aplicada a Rui Fonseca e Castro se a maioria dos membros que compõem este conselho responsável pela aplicação de sanções disciplinares aos juízes votar

favoravelmente a punição mais pesada de todas. Também podem optar por lhe aplicar uma pena mais leve, como, por exemplo, uma suspensão temporária de funções. Tudo depende do grau de gravidade que atribuírem aos seus comportamentos.

Ouvido ontem no CSM para se defender, o arguido alega ser alvo de um processo de silenciamento e de delito de opinião. Porém, ainda que esta tese possa merecer acolhimento por parte de alguns conselheiros, um eventual incitamento à violação das leis sanitárias que possa ter feito durante as suas múltiplas intervenções públicas sobre a pandemia agravará necessariamente o juízo de

reprovação do CSM. Isso e a violação do dever de urbanidade que fez questão de voltar a consumir nesta audição, pela forma insultuosa e provocatória como se dirigiu aos conselheiros, a quem chamou cobardes e cúmplices de corrupção.

Além deste processo, centrado nos acontecimentos do Tribunal de Odemira e em alguns vídeos que publicou logo a seguir nas redes sociais, Rui Fonseca e Castro viu o CSM abrir mais processos disciplinares contra si, baseados em comportamentos que assumiu quando o primeiro processo já estava a decorrer. Desafiou, por exemplo, o director nacional da PSP para um combate corpo a corpo. Se

optarem por esperar pelo desenlace de todos eles, em vez de os decidirem um a um, não restará aos conselheiros senão deixarem o magistrado voltar a fazer julgamentos até todos os procedimentos disciplinares estarem concluídos.

A atitude provocatória de Rui Fonseca e Castro começou ainda antes de entrar no edifício do CSM, onde um dispositivo policial aguardava os seus apoiantes. “Não se atrevam a tocarme”, ameaçou, de dedo em riste, os agentes da PSP que lhe pediam para colocar a máscara no rosto. Um comportamento que foi entretanto alvo de crítica por parte da Associação Sindical de Juízes Portugueses, que considerou que o magistrado desafiou, de forma gratuita e ostensiva, as forças da autoridade. “Tal comportamento não se adequa aos princípios afirmados no compromisso ético dos juízes portugueses nem contribui para a confiança dos cidadãos na justiça”, declarou esta organização.

Durante a sua audição, apontou baterias aos dirigentes do CSM. “O senhor provavelmente já andou em rituais bizarros de avental com outros homens”, disse a um deles. As chamadas de atenção que lhe foram feitas para que moderasse o tom mostraram-se infrutíferas. “Os senhores são cúmplices. Deviam ter vergonha. Contribuem para a corrupção que existe neste país”, declarou. **com Sara Xavier Nunes**



Fonseca e Castro à chegada ao Conselho Superior da Magistratura